

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**RECORTES DO PASSADO: UMA RECONSTRUÇÃO DA
HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA E
DOCUMENTAÇÃO DO JB (1964-1973)**

ALICE CARVALHO DE MELO

RIO DE JANEIRO
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**RECORTES DO PASSADO: UMA RECONSTRUÇÃO DA
HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA E
DOCUMENTAÇÃO DO JB (1964-1973)**

Monografia submetida à Banca de
Graduação como requisito para obtenção do
diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

ALICE CARVALHO DE MELO

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

RIO DE JANEIRO
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Recortes do passado: uma reconstrução da história do Departamento de Pesquisa e Documentação do JB (1964-1973)**, elaborada por Alice Carvalho de Melo.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Ana Paula Goulart Ribeiro
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação .- UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Micael Herschmann
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Cristiane Costa
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

MELO, Alice Carvalho.

Recortes do passado: uma reconstrução da história do
Departamento de Pesquisa do JB (1964-1973). Rio de Janeiro, 2011.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro

MELO, Alice Carvalho. **Recortes do passado: uma reconstrução da história do Departamento de Pesquisa do JB (1964-1973)**. Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O trabalho analisa a criação do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil (DPDJB) dentro do contexto das reformas da imprensa brasileira nas décadas de 1950 e 1960, além de considerar como fator importante a conjuntura interna (administrativa, econômica e política) do Jornal do Brasil no mesmo momento. A pesquisa busca investigar a importância das reformas implementadas por Alberto Dines no período em que foi editor-chefe da redação do JB (1961-1973) para a consolidação do novo modelo de jornalismo no Brasil, destacando o papel inovador do DPDJB neste contexto. A partir da fundação do departamento, a grande imprensa do país passa a abordar a notícia de forma interpretativa, oferecendo ao leitor um contexto histórico do fato diante do fortalecimento da televisão como mídia informativa imediata. Neste trabalho foram utilizadas fontes orais – pessoas que fizeram parte desta fatia da história do departamento -, bibliografia relacionada à história da imprensa, principalmente sobre o período recortado, e também fontes originais: uma seleção de jornais da época e alguns produtos do DPD entre 1964 e 1973.

Agradecimentos

Este trabalho só se tornou possível graças ao apoio de algumas pessoas, que estiveram presentes, de alguma forma, nos diferentes processos de produção desta pesquisa.

A José Luiz Martins, em primeiro lugar, pela grande ajuda durante a pesquisa documental no CPDoc JB. Sem ele jamais teria encontrado tantas informações sobre o período e o objeto pesquisado.

A Humberto Tanure, em especial, pela amizade e também por ter me aberto as portas do arquivo e me deixado acessar as mais obscuras pastas do acervo. Também pela amizade e apoio durante o tempo que passei no CPDoc JB, agradeço a Lucyanne Mano, Eliane Loss e Ana Paula Amorim.

Aos entrevistados, pela disponibilidade de tempo para registrar uma memória que lhes é cara: Alberto Dines, Flor Marinho, Fernando Albina Rosa, Misael Santos, Nélio Horta.

Às minhas mentoras intelectuais: Ana Paula Goulart Ribeiro, pela orientação atenciosa mesmo nos momentos de maior correria; e Janice Caiafa por ter contribuído para que surgisse em mim o interesse para a pesquisa acadêmica, durante o ano em que passei trabalhando na iniciação científica.

À minha querida família por todo apoio e incentivo em todas as horas da minha vida, em especial: Olívia, minha irmã, e Maria Zenith, minha mãe, por todo o companheirismo, apoio e amizade; aos meus avós, Cecília e Nelinho pelo incentivo e pelo carinho (obrigada, vovó, pelas orações e pela preocupação de todo dia); ao meu pai, Flávio Melo, pelo afeto.

Aos meus amigos, por alegrarem meus dias com ótimas piadas, em especial: Márcia Guerra, pela paciência, apoio e carinho, tanto na alegria, quanto na tristeza; Gerhard Breda e Gabriel Lopes, grandes responsáveis por eu ter conseguido completar quatro anos de faculdade com boas notas e inúmeras gargalhadas; Rodrigo Elias, pela amizade e também pelas horas gastas na revisão do meu projeto de mestrado. Jéssica Beck, Nina Gomes e Débora Rocha, pelos bons momentos nestes últimos cinco anos.

Sumário

1. INTTODUÇÃO

2. A REFORMA DO JB E O DEPARTAMENTO DE PESQUISA

- 2.1. A reforma do JB e o contexto dos anos 1950
- 2.2. A contratação de Alberto Dines e o embrião do DPD

3. OS ANOS DE OURO

- 3.1. As mudanças editoriais no jornal
- 3.2. 1965-1973: crescimento para todos os lados
- 3.3. Nas entrelinhas da notícia

4. O DPDJB E SEUS PRODUTOS

- 4.1. DPD e suas subdivisões
- 4.2. Interpretação e profundidade

5. CONCLUSÃO

6. REFERÊNCIAS

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer um estudo sobre o Departamento de Pesquisa e Documentação do *Jornal do Brasil* em seus primeiros anos de funcionamento; destacando a importância dele tanto para a história do JB, quanto para a história da imprensa carioca e brasileira, num contexto em que se consolidava no país uma nova forma de fazer e pensar o jornalismo.

O trabalho tentará mostrar que a criação de uma editoria de pesquisa dentro do jornal impresso catalisou a importação de um modelo norte-americano de notícia no qual se prezava a contextualização e a interpretação do fato no texto, diante de um quadro nacional de fortalecimento da televisão enquanto mídia informativa instantânea e de sedimentação de uma nova linguagem jornalística nos veículos impressos.

Os capítulos que se seguem exemplificarão que, devido à conjuntura interna, o JB, em sua última fase de reformas (1962-1973), arrematou as mudanças inseridas pelos periódicos fluminenses ao sistematizar estas mudanças num modelo completamente novo. Criou-se nesta “era de ouro” as editorias. Foi nessa época também que se realizou no Brasil a primeira produção técnica em jornalismo: os “Cadernos de Jornalismo” (1965-1974).

Como tentar-se-á mostrar nos capítulos que se seguem, “Cadernos” foram produzidos pelo Departamento de Pesquisa e Documentação do JB no intuito de ser uma versão brasileira do *media criticism* norte-americano. Em “Cadernos” discutia-se o jornalismo e a comunicação: suas tecnologias, práticas, usos, abordagens, conceitos. Entender este momento da imprensa brasileira é entender as raízes da imprensa contemporânea.

O recorte temporal que será feito nesta monografia abrange o que está entre 1964 – data oficial da fundação do departamento pelo editor-chefe Alberto Dines – e 1973, ano em que seu criador foi demitido da empresa. Como o DPD existe até hoje (apesar de possuir nome e funções diferentes), a reconstrução de toda a sua história seria extensa demais para esta pesquisa, fazendo com que um período de tempo mais curto precisasse ser delimitado.

A saída de Dines, como será mostrado, foi um marco na história do *Jornal do Brasil* – encerrava-se ali o “último e terceiro ato” das reformas gráficas e editoriais

pelas quais a marca passara desde meados da década de 1950; fazendo com que 1973 se tornasse um verdadeiro divisor de águas nesta linha do tempo.

Foi no período Dines que o JB se consolidou como uma grande empresa jornalística, deixando para trás o caráter panfletário do jornalismo de opinião dos anos 1930; se tornando uma mídia de massa, que veicula informações por meio de um texto objetivo, direto e, a partir de então, profundo. As empresas, como ficará claro neste trabalho, não têm mais os pequenos anunciantes como principais investidores; a maior renda do jornal passa a ser a grande publicidade – fator que impulsiona o crescimento destes meios de comunicação. As famílias que controlam os jornais brasileiros passam a desejar longevidade e credibilidade – o jornalismo de opinião, panfletário e efêmero, típico dos anos 1930 (e das décadas anteriores), passa a ser enfim deixado de lado.

Mas não se pode entender bem esta história se não entendermos o contexto político, econômico e cultural da época em questão. É por isso que este trabalho também pretende mostrar qual era o Brasil do período das reformas jornalísticas de 1950 e 1960 e de que forma o tipo de gestão do governo interferiu no modo de administrar a redação e pensar a notícia e o jornal.

Em tempos de ditadura civil-militar (o contexto do pós-64), a rotina da redação foi virada ao avesso e o texto jornalístico, assim como a apresentação da notícia, passou a sofrer interferência. Essa interferência, conforme será explicado no capítulo 3, varia de acordo com os interesses econômicos da empresa – os quais são agitados pelas mãos que movimentam a cena política vigente.

A pesquisa realizada para esta monografia envolverá não apenas a consulta de produção intelectual acadêmica voltada para a história da imprensa brasileira, como também a realização de entrevistas com pessoas que fizeram parte da empresa (tanto funcionários do arquivo quanto pessoas que trabalharam na redação). Com base na metodologia de História Oral, tentaremos mostrar a riqueza dos depoimentos de pessoas que viveram a história, ao mesmo tempo que exploraremos a parte factual presente nos documentos da época. Como o material bibliográfico sobre este objeto é escasso, esta é uma forma viável para compreender melhor as relações entre redação e arquivo, entre jornalismo e pesquisa, entre passado e presente, conforme ficará claro adiante.

Além dos relatos orais, serão utilizadas aqui edições aleatórias do *Jornal do Brasil*, de “Cadernos de Jornalismo”, “Cadernos Especiais” e “Jornal Mural do JB”, publicadas no período em questão. Foi de grande ajuda para o trabalho a consulta das pastas “JB – História” e “JB – JB”, antigamente pertencentes ao acervo de Recortes,

hoje guardadas separadamente no CPDoc JB, no Rio Comprido. As pastas contêm material pouco pesquisado por historiadores e contribuíram para o levantamento de algumas informações inéditas sobre o objeto.

Conforme foi dito, o Departamento de Pesquisa e Documentação do JB foi pouco estudado pela historiografia da imprensa. É intenção deste trabalho, dessa forma, recuperar esta fatia nebulosa do passado do departamento e, por consequência, do próprio periódico, e abrir caminhos para uma reflexão mais geral sobre a importância do arquivo jornalístico na construção da notícia. É intenção também da monografia ser um ponto de partida para se pensar de que maneira o jornalismo enquanto mídia do presente atua como um agente entre o passado e o futuro, selecionando o que pode entrar ou não para a história e atuando de maneira decisiva para a construção de uma memória coletiva da sociedade. Além disso, a pesquisa também abre portas para se pensar os caminhos do jornalismo hoje, neste momento de crise do jornal impresso diante da concorrência da internet. Será que o caminho a ser seguido daqui por diante se espelhará no modo como a crise da mídia impressa foi superada naqueles idos de 1960?

Esta reflexão será realizada na conclusão deste trabalho. Por hora, fiquemos com o que será feito nos capítulos anteriores ao final.

Para começar, buscaremos entender a criação do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil dentro de um contexto histórico. O que o capítulo 2 tentará fazer será situar o nascimento do departamento num momento em que a imprensa brasileira estava em constante transformação desde o fim da década de 1940: depois que o *Diário Carioca* adotou o lide e publicou o primeiro manual de redação do país, os outros meios de comunicação impressa começaram a realizar suas próprias reformas, tanto na parte de texto, quanto na parte estética e administrativa. Tentaremos também inserir o *Jornal do Brasil* dentro dessas mudanças: qual foi o seu papel para a transformação da linguagem jornalística entre 1956 e 1973? E para a parte de conteúdo e a forma de pensar a notícia? Quais os fatores internos que propiciaram isso?

Além das mudanças nos meios de comunicação, o segundo capítulo tentará relacionar este momento da imprensa com o período político, econômico e cultural do país. Tentando perceber de que forma os anos 1950 foram ideais para que tais transformações ocorressem.

Na terceira etapa partiremos para os primeiros anos de funcionamento do departamento, ou seja, o pós-1964. Aqui, tentaremos mostrar o que teria inspirado o editor-chefe Alberto Dines a criá-lo em março daquele ano e consolidá-lo de vez em

1965. Nesta parte da monografia pretende-se mostrar também como um curso realizado na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e um estágio em periódicos daquele país levaram o jovem jornalista a concluir que o jornalismo do futuro seria um jornalismo interpretativo, com notícias em profundidade, situadas num contexto histórico.

Esta ideia passaria, a partir de então, a figurar todos os projetos implementados por ele no JB, incluindo os “de longo prazo”, atribuídos ao DPD. O Departamento de Pesquisa, como será ilustrado neste capítulo, seria o grande laboratório destas novas ideias, as quais influenciariam toda a mídia impressa brasileira a mudar sua forma de abordar a notícia, além de indicar como caminho possível um trabalho estreito entre pesquisa e redação.

Como este terceiro capítulo promete abordar os “anos dourados” do JB, tentaremos realizar um estudo sobre o crescimento do jornal no contexto dos anos 1960. E este contexto inclui as relações entre o jornal e a censura, entre a empresa e o governo militar pós-golpe. De que maneira o Jornal do Brasil se articulou para publicar a notícia sem colocar em conflito seus interesses econômicos e sua postura liberal-conservadora, assumida desde os primórdios de sua fundação? Como manter vivo o diálogo político contemporâneo em suas páginas ao mesmo tempo que preservava o investimento da publicidade Estatal no periódico? A última parte do capítulo partirá destes questionamentos para trabalhar imprensa, censura e oposição.

No capítulo seguinte o assunto em pauta é o funcionamento do DPD e seus produtos. Tentaremos esclarecer de que forma a editoria se articulou não só como um repositório da memória social mas também como um espaço independente de produção de conteúdo. Documentos internos produzidos pela Pesquisa, relatos de ex-funcionários e a análise dos próprios produtos de longo prazo desta seção do jornal tentarão indicar de que forma ele se relacionava com os outros departamentos do periódico e mesmo como se articulava internamente. Além disso, o quarto capítulo abre espaço para se pensar como as ideias introduzidas pelo JB podem ter modificado a maneira com que os outros impressos lidavam com o arquivo e com a notícia.

2 – A REFORMA DO JB E O DEPARTAMENTO DE PESQUISA

Não se pode falar sobre criação do Departamento de Pesquisa do *Jornal do Brasil* sem antes entender a empresa e o contexto dentro dos quais ele foi criado. A fundação do centro culminou de um processo de modernização e transformação não só vivido pelo JB, mas também por toda a imprensa carioca na década de 1950. No JB, a consolidação do novo modelo passou pelas reformas implementadas por Odylo Costa Filho, Amílcar de Castro e Reynaldo Jardim entre 1956 e 1960 e terminou com a contratação de Alberto Dines como editor-chefe da redação, em 1962 – período em que também foi criada a biblioteca que, no futuro, transformaria-se no departamento de pesquisa.

As mudanças na imprensa carioca da época começaram com as reformas no texto, trazidas dos Estados Unidos principalmente pelo *Diário Carioca* e também se consolidaram com as inovações estéticas e editoriais do JB.

A análise do contexto histórico e do caminho das transformações do jornalismo brasileiro no tempo é imprescindível para observar como o departamento de pesquisa selou as propostas do JB naquele período e reforçou esta nova forma de pensar e fazer jornalismo.

2.1 A reforma e o contexto dos anos 50

Durante os anos 50, o Brasil viveu um momento muito particular de sua história, marcado por novidades tanto no campo da política, quanto no da economia e no das artes. Foi neste período em que o país viu aflorar os primeiros traços de uma frágil democracia – coibida durante a ditadura de Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945) e chacoalhada com a morte do ex-presidente, em 1954. Apesar das tentativas de golpe durante aquela década, de alguma maneira, a vontade popular se fez valer por meio do voto.

No campo econômico, ocorria no país um incentivo à indústria e ao desenvolvimento financeiro, aliado ao aumento demográfico que impulsionava o processo de urbanização. Era um caldo fértil para a consolidação da empresa jornalística como uma máquina comercial. Os benefícios da publicidade em jornais e revistas começaram a ser repensados e potencializados nesta época – com o fortalecimento dos meios de comunicação de massa e a chegada da televisão no Brasil.

Além disso, novos movimentos culturais irromperam a cena, principalmente na segunda metade dos anos 50:

Surgiram novas formas de conceber cinema, o teatro, a música, a poesia e as artes plásticas, em virtude de uma reflexão crítica acerca da produção existente e das linguagens vigentes em cada um desses domínios. Esse movimento geral, que se identificava como revolucionário na medida em que buscava construir um ‘novo’, possuía ampla dimensão: pretendia identificar e sintetizar elementos da cultura e da sociedade brasileiras integrando-os a expressões artísticas oriundas de experiências realizadas fora do país. (FERREIRA, 1996: 143)

O movimento concretista (nas artes e na poesia), a bossa nova, o cinema novo e a música de protesto foram alguns exemplos das mudanças artísticas que compuseram o quadro desta década, dentro da qual o jornalismo brasileiro teve liberdade e motivações para se transformar. Foi o período em que a imprensa esteve em uma verdadeira transição¹.

A modernização da imprensa no Brasil se deu por meio da afirmação do modelo empresarial de jornalismo. À frente deste processo estiveram os periódicos cariocas que, ao adotar o formato do jornalismo norte-americano, amadureceram a nova estrutura, trazendo neste ínterim modificações no texto, na estética e na administração do jornal; além de repensarem a função social do jornalismo e reconhecerem (e valorizarem financeiramente) este trabalho como uma verdadeira profissão.

As mudanças são ápice de um processo, cujas raízes se apóiam nas bases da República brasileira: incipientes nas últimas décadas do século XIX. Neste período, os maiores jornais começaram a importar máquinas novas e caras já utilizadas nos parques gráficos europeus. Abrir um periódico passou a demandar um grande investimento: apenas pessoas ricas ou sociedades anônimas tinham capital para dar início ao negócio. O jornalismo panfletário, político, efêmero e amador vigente no país desde o fim da censura prévia em 1821, começava a sair de cena diante concorrência das grandes empresas. O território passava a se tornar hostil ao pequeno jornal, que trazia pouca informação e muita opinião.

¹ Expressão cunhada pela equipe do CPDoc FGV que, inclusive, deu título ao livro “Imprensa em Transição” (1996) – que conta com artigos de Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman, Marieta Moraes Ferreira e Plínio de Abreu Ramos.

Cinco décadas foram necessárias para que o modelo se consolidasse e modificasse a estrutura da imprensa brasileira: os ares liberais democratas respirados no Rio de Janeiro de meados do século passado deram margem para que as grandes reformas ocorressem. Sem a censura prévia exercida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na Era Vargas, os jornais adquiriram a liberdade necessária para publicar o que fosse de interesse de seus donos. Tornava-se menos comum a utilização do periódico como meio de manifestação da opinião de forma panfletária, sem distingui-la da notícia. Essa abertura permitiu a entrada dos princípios de objetividade e imparcialidade nascidos no cerne do novo jornalismo norte-americano anos antes.

O *lead* e a estrutura textual de “pirâmide invertida” colocaram a informação e a notícia como principais produtos do jornal; e a criação de editoriais concomitante à reformulação gráfica dos impressos corroborou para que houvesse a definitiva separação entre informação e opinião. Acontece aqui, como observa Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), a passagem do jornalismo político-literário de inspiração francesa para o jornalismo informativo, baseado nos conceitos norte-americanos.

As reformas no texto jornalístico foram as primeiras a serem importadas. Como pioneiros destas mudanças podemos destacar o *Diário Carioca* (1928-1965), que tinha como idealizador das reformas, Pompeu de Souza. O periódico, apesar da baixa tiragem em comparação aos principais diários da época (como *Última Hora*, *A Notícia*, *O Globo*), influenciou diretamente as mudanças adotadas pela grande imprensa.

Em março de 1950, o *Diário* lançou o primeiro manual de redação do país, um folheto de 16 páginas, cujo objetivo era formalizar as principais mudanças introduzidas por ele. Destacam-se aqui a substituição do chamado “nariz de cera” pelo *lead* (estrutura no qual o primeiro parágrafo do texto deve responder às seis perguntas: quem? O que? Aonde? Por quê? Quando? Como?) e o uso do inédito *sublead* (invenção brasileira do jornalista Luís Paulistano para a forma do segundo parágrafo do texto); além disso, o *Diário* inovou na adoção do *copy desk* na redação – um grupo de redatores que reescreviam as matérias dos repórteres de acordo com as novas regras do jornal. A profissão só desapareceria décadas mais tarde, quando a popularização das escolas de jornalismo iria fazer com que chegasse ao mercado profissionais mistos, que aliassem à técnica do texto à prática da apuração.

O *Diário*, apesar de ter sido símbolo das primeiras reformas do período, no entanto não conseguiu fazer “repercutir estas ideias no meio jornalístico” (RIBEIRO, 2007, p. 53), mantendo-se apenas como espaço de formação de grandes jornalistas. Foi

só com a fundação da *Última Hora* (1951-1982) e a consolidação da reforma do *Jornal do Brasil* (1891-atual) que se pode começar a pensar em um novo modelo de imprensa brasileira.

A *Última Hora* (UH) surgiu no início da década a partir de uma aliança política entre Getúlio Vargas e Samuel Wainer. Vargas, interessado em subsidiar um veículo de apoio ao seu governo, incentivou a criação de um jornal por Wainer, cujo sonho era fundar seu próprio periódico. O amadurecer da UH se deu principalmente após a morte do presidente, mas foi durante aquele governo em as bases da reforma começaram a ser fundamentadas e os contornos do futuro “jornalismo popular” começaram a ganhar cores.

A UH servia como um elo de ligação entre o governo e seu eleitorado. Veiculava as principais notícias oficiais, quando o resto da imprensa resistia em fazê-lo. O jornal logo que criado adotou um vocabulário simples para atrair os leitores das camadas mais baixas da população – os trabalhadores, a maior parte do eleitorado de Getúlio. Também pensando nesta aproximação, o periódico de Wainer trouxe inovações para a primeira página no intuito de chamar atenção do leitor: a UH reinventou o trabalho com a tipografia ao brincar com letras e tamanhos para valorizar mais ou menos determinada chamada ou matéria; deu destaque à fotografia jornalística e informativa, tendo inserido a novidade da imagem colorida na capa, além de dar espaço para que repórter de texto e fotógrafo assinassem matérias e fotos, respectivamente; deu mais visibilidade à caricatura, principalmente como meio de ridicularizar seus adversários políticos (RIBEIRO, 2007); e também incentivou artistas brasileiros a produzirem historietas em quadrinhos para serem colocadas em suas páginas – já que os grandes nomes do *cartoon* internacional eram exclusivos das páginas de *O Globo* (1922-atual). Diz-se que a reforma da UH foi uma das grandes inspirações da reforma gráfica do *Jornal do Brasil*.

Ao passo em que a *Última Hora*, a *Tribuna da Imprensa* e o *Diário Carioca* iam produzindo bons jornalistas e boas ideias, o *Jornal do Brasil* cozia o caldo que daria origem às transformações do fim da década. A reforma do JB foi importante não apenas pelas inovações gráficas e de conteúdo inseridas por ele durante a década de 50, mas também porque foi uma solução definitiva e duradoura para a imprensa brasileira, que se sustentou durante décadas como um modelo sólido e inovador, colocando o periódico em lugar de destaque no jornalismo brasileiro.

Para entender os motivos do sucesso e também das causas da reforma, precisamos pensá-la como uma resposta às particularidades administrativas do jornal (FERREIRA,

1996). A estabilidade financeira do JB para sustentar os gastos com as mudanças e a visão vanguardista de seus diretores foram fatores de peso para que o contexto dos anos 50 se aplicasse tão bem à nova empresa que ali emergia. O *Jornal do Brasil* agora tinha todos os ingredientes para se tornar o maior periódico do país.

A reforma foi pensada por seus gestores como uma saída aos problemas internos que deixavam o JB na linha das tiragens medianas. O sucesso dela inclusive pode ser observado pela boa aceitação do público imediatamente após o lançamento da nova cara do jornal – a revista *Publicidade e Negócios* publicou no dia 20 de março de 1957 que a tiragem do JB aumentou em 40% após a reforma de 56, representada pelo lançamento do *Suplemento Dominical*, em março daquele ano (RIBEIRO, 2007). Em pouco tempo, a vendagem do jornal superaria a do *Correio da Manhã*, até então o matutino de maior expressividade no mercado.

Para chegar a esta fase precisa-se, no entanto, voltar mais algumas décadas e relembra as particularidades do JB desde a sua fundação. Suas peculiaridades nos ajudarão entender quais foram as motivações internas que levaram o jornal a adotar um plano de reformas tão radical como aconteceu de 1956 a 1962.

Às cinco da manhã do dia 9 de abril de 1891, foi hasteado na fachada de número 56 da Rua Gonçalves Dias, no Centro do Rio, o pavilhão do *Jornal do Brazil* (como era escrito na época), em preto e branco. Apesar de ter nascido seguindo uma tendência monarquista, as cores do jornal representavam uma aspiração de neutralidade e imparcialidade – princípios que demorariam muito para serem tomados como lema do periódico.

Rodolfo Dantas, ex-Ministro da Educação do Império e então sócio fundador do JB (ao lado de Joaquim Nabuco) escreveu um artigo na capa do primeiro número que reforçava o compromisso com a “realidade”, além de demonstrar a liberdade de interpretação dos fatos no novo jornal:

Quanto a nós, deliberamos a mantermos, invariavelmente, igual distância de todos os extremos, mirando só inspirar-nos na realidade das situações, exclusivamente preocupados em discernir e interpretar o sentimento público, para sustentar-lhe as reivindicações legítimas ou contrariar-lhe os irredetidos arrostamentos, segundo sua corrente se nos afigurar favorável ou oposta às necessidades de cada momento, à verdade de cada questão, à boa solução de cada

interesse geral, cuidamos haver selado os compromissos desta folha.²

A realidade principalmente para Nabuco logo assumiu contornos de polêmica. A série de artigos publicada por ele sob o título de “Ilusões Republicanas” levou à invasão da sede por populares e ao empastelamento das oficinas em meio a berros de “Mata, mata Nabuco!”, em dezembro de 1891. Era inviável que o jornal continuasse sob mesmo comando: se quisesse continuar de pé, precisava trocar de mãos.

Em 1893, o JB passou para domínio de uma Sociedade Anônima que ainda seguia a tendência monarquista devido à ligação de seus novos donos com a aristocracia do antigo império. Posteriormente, ele foi comprado por um grupo ligado a Rui Barbosa que instaurou mudanças “editoriais” no periódico.

Nessa ocasião, o jornal se postou favorável à república apesar de contrário à ditadura de Floriano Peixoto. A pressão do governo foi grande, culminando em uma nova invasão da sede, desta vez por militares. Em 1894, o JB foi vendido à firma Mendes e Cia., que estava disposta a implementar outras mudanças para conseguir angariar lucros com a venda do jornal.

Para alavancar as vendas, os irmãos Fernando e Cândido Mendes de Almeida decidiram firmar um compromisso do JB com o povo – nessa época, reforçou-se a dedicação à editoria de polícia, chamada “Na polícia e nas ruas”, e o comprometimento em defender os interesses dos mais pobres. Foi nessa ocasião em que o JB ganhou o apelido de “O Popularíssimo”, tido, aliás, como um elogio pelos donos da marca. Essa nova postura do *Jornal do Brasil* fez com que a tiragem aumentasse e, com os lucros, houvesse a construção de uma nova sede na recém-inaugurada Avenida Central (hoje Rio Branco), em 1905.

Os custos oriundos do novo prédio fizeram com que as dívidas aumentassem. Em decorrência disso, os irmãos Mendes de Almeida tentaram trazer uma pelo popular ao jornal, no intuito de conseguir mais anúncios para custear o débito. Até 1919, a linha editorial do JB oscilou entre o sensacionalismo e a exploração de casos policiais (FERREIRA, 1996), mas, ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a situação mudou. As dificuldades em decorrência do conflito – principalmente o encarecimento do preço do papel – fizeram com que os Mendes de Almeida chegassem ao ponto

² DANTAS, Rodolfo, *Jornal do Brasil*, 8 de abril de 1891, Capa, página 1, Rio de Janeiro.

máximo da dívida, perdendo a marca em uma hipoteca não paga para o Conde Ernesto Pereira Carneiro.

Sob comando do conde, o jornal retomou o crescimento. Tentou-se tirar a imagem do popularíssimo e voltou-se a investir nas seções literárias e artísticas, entre as quais estava a coluna assinada por membros da Academia Brasileira de Letras (FERREIRA, 1996).

Preocupado com um novo empastelamento, o Conde procurou manter o jornal numa linha de neutralidade, sem um posicionamento definido sobre as questões políticas. Na chamada Revolução de 30, a qual colocou no poder Getúlio Vargas, o JB sofreu represálias que culminaram na invasão e destruição das oficinas novamente.

Com os problemas, o periódico só voltou a circular depois de quatro meses e o Conde passou a pensar em medidas para poder curar os rombos no orçamento causado pela perda de todo o material com o vandalismo. Anos mais tarde, apesar da empresa ter dado sinais de recuperação com a criação da Rádio Jornal do Brasil, Pereira Carneiro contratou José Pires do Rio como diretor-tesoureiro para colocar as finanças em níveis favoráveis novamente.

A dura política de contenção de despesas de Pires do Rio, aliada ao autoritarismo e pensamento de que o jornal deveria se tornar um simples “boletim de anúncios” – descartando aqui todo o lado de incentivo à arte e literatura – fizeram com que a primeira página passasse a ser inteiramente ocupada por classificados. A nova estética deu ao JB outro apelido popular. Dessa vez, passou a ser chamado de “Jornal das Cozinheiras”.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira (1996), esta recapitulação do passado do Jornal do Brasil nos permite vislumbrar duas tendências que teriam permitido a década de reformas nas particularidades deste meio de comunicação. A primeira seria a consolidação do JB como um espaço de debate cultural, devido à concentração de intelectuais e artistas desde as bases de sua criação. A segunda linha seria a preocupação das últimas décadas da primeira metade do século – a época do “boletim de anúncios” que representou uma estabilidade financeira, apesar de um recuo nas atividades artísticas. A união dessas duas ideias que já faziam parte do passado do jornal culminaria num processo sólido de reforma gráfica, mercadológica e de conteúdo jornalístico na década de 1950.

As mudanças, no entanto, precisaram de uma quebra com o que mantinha o jornal na inércia do passado. As mortes de Pires do Rio (1950) e Conde Pereira Carneiro

(1953) colocaram à frente do jornal a viúva Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro e o genro Manuel Francisco do Nascimento Brito. Juntos, eles conduziram esse carro de mudanças.

Um dos primeiros passos dado pela dupla foi a compra de um novo parque gráfico para o JB – capaz de viabilizar o aumento da tiragem e o novo modelo de diagramação, uma tendência que se firmava também no cenário internacional. Neste contexto, como exemplifica Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), mudou-se a tipografia do jornal, o papel de impressão, o formato; uma nova sede foi construída, aumentou-se o número de páginas e a consistência do noticiário. Antes, como teria dito Hermano Nobre Alves, chefe de reportagem à revista PN, em 1957 (*apud* RIBEIRO, 2007), o jornal era todo feito na redação: os repórteres ficavam esperando as notícias chegarem, não saíam para apurar.

Washington Dias Lessa (*apud* RIBEIRO, 2007) dividiu o período de reformas do Jornal do Brasil em três fases: a primeira teria sido de junho de 1956 a maio de 1958 – período no qual houve a contratação de Odylo Costa Filho e a criação de uma página feminina, embrião do futuro Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil* (SDJB); a segunda vai de maio de 1959 a 1961 – período em que Jânio de Freitas permaneceu à frente das mudanças (sua saída foi concomitante à de Amílcar de Castro); e a terceira se daria de 1962 a 1973 – período de consolidação da reforma com a contratação de Alberto Dines para a chefia da redação.

Odylo Costa Filho chegou ao JB já com a proposta de transformá-lo. Para fazer com que as mudanças engrenassem, contratou e demitiu muitas pessoas – iam-se os velhos jornalistas e chegavam os jovens cheios de “energia e boas ideias” (como diria Alberto Dines sobre os homens que levaria à Pesquisa em 1962³).

A nova horda de jornalistas era um misto de jovens sem experiência e repórteres oriundos do *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, os quais já traziam na bagagem uma nova forma de fazer jornalismo – mais objetiva, enxuta, direta. Entre os novos nomes estavam “Ferreira Gullar, Jânio de Freitas, Carlos Lemos, Hermano Alves, Quintinho de Carvalho, José Ramos Tinhorão, Carlinhos Oliveira, Nilson Lage e Carlos Castelo Branco” (RIBEIRO, 2007: 159).

Com os novos profissionais, o texto do JB foi logo se modificando. Ali, aliavam o estilo agressivo da *Tribuna* ao toque de leveza e humor do *Correio*. Ao lado das

³ Comentário foi retirado de entrevista concedida por Dines a mim em abril de 2011.

mudanças no texto, vinham também as gráficas e estruturais. As futuras editoriais (seções temáticas) começaram a surgir, importou-se o *copy-desk* (técnica já utilizada pelo *Correio da Manhã*) e instalou-se um padrão de lauda fixa, para evitar que o texto estourasse o limite de espaço. A medida facilitou a diagramação que, por ventura, também sofreria grandes transformações, culminando no modelo que se tornaria marco do *design* brasileiro.

O ritmo das reformas, no entanto, apesar de ter sido incentivado pela direção do jornal, não foi traçado em um plano premeditado. O trabalho teria sido feito “a duras penas, com muita relutância e fruto de um trabalho coletivo e de equipe” (BRITO, N. *apud* DHBB: 2870).

Num tempo em que o concretismo tomava formas sólidas na capital carioca, contratou-se no JB um artista para por em prática as reformas gráficas. Amílcar de Castro trouxe ao jornal a ideia de “limpeza da página” como uma mudança eficaz. Queria facilitar a leitura retirando a informação visual desnecessária. “Fio não se lê”, era a frase de Castro que viraria lema da reforma. Antes disso, usava-se muito fios para separar uma matéria da outra, sublinhar títulos e informações antes consideradas importantes. Como a diagramação não tinha um padrão rígido e fixo, os textos e títulos eram montados durante o fechamento sem qualquer limite de espaço. Aqui era comum, por exemplo, uma matéria começar em uma página e terminar em outra, sob forma de um pequeno retângulo no meio de outros assuntos – entre parêntesis, ao fim do texto, o leitor se deparava com “continua na página x”.

Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) observa que a primeira experiência “sem fios” foi utilizada na página 5 do primeiro caderno do JB no dia 29 de março de 1957. Ali, foi mantida a organização em estilo “mosaico” como nas outras páginas. A diferença foi a adoção de espaços em branco como linhas divisoras dos blocos de texto. O êxito da iniciativa levou à retirada dos fios no SDJB. Em 1958, os editores do caderno de esportes, Carlos Lemos e Jânio de Freitas, importaram as mudanças promovidas por Amílcar de Castro. Após alguma resistência por parte de Nascimento Brito, a inovação chegou à primeira página em 2 de junho de 1959 – até aquele momento foi mantida na capa apenas a fotografia como destaque, mas os anúncios ainda ocupavam a maioria do espaço abaixo da logo do jornal.

A primeira página do JB no dia 2 de junho foi um verdadeiro marco na história do jornalismo brasileiro. Ali, Amílcar de Castro colocava em prática seus valores estéticos concretistas e, junto com os fios, eliminava também grande parte dos classificados –

herança do velho modelo “boletim de anúncios”, adotado por Pires do Rio na década de 1930. O JB começava a se livrar para sempre do apelido de “Jornal das Cozinheiras” e passava a se firmar novamente como um espaço de diálogo cultural.

Naquela capa podemos destacar como inovações: o ganho de um espaço de destaque para a fotografia, a utilização do formato em “L” como solução gráfica para adaptar os classificados ao novo conceito estético e a paulatina diminuição dos seus espaços na capa, a remoção dos fios que contornavam os blocos de texto.

Antes de comentar a outra fase da reforma, é importante destacar a importância do SDJB neste processo. Criado em 1956, o suplemento partiu de uma ideia de uma página com publicações voltadas para o público feminino e progrediu para um espaço onde se agrupariam assuntos de artes e literatura.

A inspiração concretista saiu das mãos do jornalista Reynaldo Jardim que, em 1959, publicaria na capa do suplemento o “manifesto neoconcreto”, por meio do qual os artistas cariocas se separavam da corrente concretista paulista criando um novo movimento.

A visão dissidente buscava se afastar da “perigosa exacerbação racionalista” para qual o concretismo tinha se encaminhado. O manifesto era assinado por Amílcar de Castro, Ferreira Gullar, Franz Weissman, Lygia Clark, Lygia Pape, Reynaldo Jardim e Theon Spanudis, inaugurando uma nova fase na arte e no próprio jornalismo cultural brasileiro.

O sucesso das mudanças no SDJB lá no início da reforma teriam inclusive inspirado a condessa Pereira Carneiro a incentivar as mudanças conseqüentes no jornal. Na edição de comemoração de 40 anos do SDJB, publicada em 21 de dezembro de 1996, Reynaldo Jardim relaciona o suplemento ao contexto cultural da época, em um artigo especial assinado por Cláudio Cordovil:

Confiávamos e apoiávamos a geração emergente de cultura e talento. O SDJB era uma publicação didática, educativa e atualizadora. Tínhamos toda liberdade e nenhuma interferência para editar, produzir, contestar, revolucionar. Lá está toda a história da pintura, das artes contemporâneas e da poesia⁴.

⁴ CORDOVIL, Cláudio, “A voz das vanguardas”, *Jornal do Brasil*, 21/12/1996, Caderno Ideias, página 1, Rio de Janeiro.

A segunda fase da reforma gráfica do JB começa com o afastamento de Odylo Costa Filho do jornal, em dezembro de 1958. Odylo saía de cena por razões políticas: em agosto, publicara na primeira página uma foto em que o presidente Juscelino Kubitschek aparecia com uma das mãos estendidas ao secretário de Estado dos Estados Unidos, Foster Dulles, como se estivesse pedindo dinheiro. A fotografia teve repercussão mundial e Nascimento Brito resolveu afastar Odylo do cargo para que não fosse criado um empecilho ao empréstimo que tentava conseguir com o Banco do Brasil (RIBEIRO, 2007).

Com a saída de Odylo, Amílcar de Castro e Jânio de Freitas aceleraram as reformas. Foi com eles à frente das mudanças que a capa do JB recebeu o aspecto assimétrico da página em “L”, do dia 2 de junho de 1959. Além das mudanças gráficas inseridas pela dupla, Freitas teria mais orgulho das mudanças estruturais inseridas por ele naquele contexto: “Gosto de ter feito um plano de cargos, salários e funções. Foi o primeiro da imprensa brasileira com o qual os jornalistas passaram a ganhar um salário com o qual podiam viver sem ter emprego público” (*apud* RIBEIRO, 2007: 163).

Em 1960, Jardim retira de vez os classificados da primeira página e os insere em um caderno especial, o “Caderno C”. Na mesma época seria criado por ele um caderno para ficar no meio, um espaço para cultura, artes, entretenimento, o “Caderno B”. Na edição comemorativa de 30 anos do “B”, publicada em 15 de setembro de 1990, Jardim deu um depoimento sobre isso:

Sempre achei os classificados a parte mais democrática de qualquer jornal, além de um bom indicador da situação social do país. Convenci a direção a reservar um caderno exclusivo para eles. E já que existia um primeiro caderno, de atualidades, e um de classificados, faltava alguma coisa no meio: o B. Um espaço para a cultura.

Realizadas as mudanças gráficas e de texto, o *Jornal do Brasil* precisava de alguém para consolidar as ideias implementadas durante os anos 50. Em janeiro de 1962, Nascimento Brito contratava como chefe da redação o jovem jornalista Alberto Dines, a quem ele próprio destacaria como o homem mais importante da reforma.

2.2 A contração de Alberto Dines e o embrião do departamento de pesquisa

Alberto Dines entrou no *Jornal do Brasil* em janeiro de 1962 e saiu em dezembro de 1973. Durante o período, sistematizou as reformas iniciadas em 1956 ao promover mudanças lentas e progressivas no conteúdo do jornal. Criou as chamadas “editorias”, os “Cadernos de Jornalismo” e o Departamento de Pesquisa e Documentação; além de ter assumido uma postura contrária ao regime militar – tentando burlar a fiscalização intensa da censura. Foi, aliás, em uma dessas tentativas que resultou na sua demissão.

Quando foi chamado por Nascimento Brito para assumir a chefia da redação, Alberto Dines trabalhava na revista *Fatos e Fotos*. Era um jovem jornalista de 30 anos que começara a carreira na década anterior, na ebulição da “imprensa em transição”. Na época em que foi convidado para modificar um JB em crise, ele já tinha passado pelas revistas *Visão*, ainda tinha vínculo com a *Manchete* e também tinha trabalhado no periódico de Wainer, *Última Hora*.

No início da nova década, o JB não estava muito bem. As constantes modificações na chefia da redação e a troca ininterrupta dos funcionários abalava o quadro interno, que se refletia nas vendas e na estabilidade do jornal. Além disso, as reformas implementadas nos anos anteriores estavam de certa forma incompletas – a aparência estava nova, mas não o conteúdo. E era isso que o JB e a própria imprensa brasileira da época precisavam mudar. Dines não tardou para introduzir novos conceitos.

Em um depoimento concedido a um grupo de pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2002, o jornalista fala sobre seus primeiros dias no JB e a pressão sofrida para que mudanças rápidas fossem feitas na redação. Apesar disso, manteve-se firme e defendeu inovações lentas e graduais:

Eu assumi o Jornal do Brasil e o meu primeiro dia de trabalho foi o 6 de janeiro de 1962. Era uma segunda-feira e o Nascimento Brito falou “olha Dines, bem-vindo e tal, mas amanhã eu quero um jornal novo”, ele queria mudar aquela experiência fantástica que foi a mais importante evolução gráfica e editorial já feita na imprensa brasileira. E ele queria borrar isso, ele queria tudo novo. E eu falei “não, isso não dá para fazer. O que dá para fazer é ao longo do tempo a gente ir aprimorando uma série de coisas, eu nem saberia fazer um jornal novo

e não é necessário fazer um jornal novo. Agora, aprimorar e avançar a gente pode conseguir”⁵.

Ele notou que o que mais faltava na empresa era organização. A redação estava desorganizada e precisava de mudanças para que ali fossem fundadas novas bases, bases de um jornalismo de sucesso.

Dines conta que uma das primeiras mudanças inseridas por ele foi a reunião de pauta diária. Antes de sua entrada no JB, as pessoas chegavam tarde à redação e sempre ficavam à espera do inesperado. Ele passou a chegar cedo, por volta das 14h, e instituiu encontros diários para que o jornal fosse preparado com antecedência e não ficasse à mercê do acaso.

Nessas reuniões era necessária a participação dos repórteres principais das áreas do jornal e, ainda em 62, ele começa a criar departamentos - o embrião do que se tornariam as “editorias”, em 1965. Na reorganização da redação de 62, fundou o arquivo fotográfico – para armazenar os negativos da produção imagética do jornal, já que, até este momento, eram os fotógrafos que armazenavam em suas próprias casas este material; e uma seção de pesquisa - uma biblioteca com livros de referência, como dicionários, enciclopédias, efemérides. Para dar apoio ao repórter na hora de fazer a matéria.

Quando eu cheguei lá, o jornal não tinha uma série de coisas... A estrutura básica, a estrutura física dele... A parte de funcionamento era muito precária. E eu notei que não tinha arquivo de negativos. O que era uma coisa fundamental em jornal naquela época. Hoje você tem tudo em disquete. Naquela época você precisava ter tudo em negativo para você pegar uma fotografia, ampliar e utilizar ela com outro corte. Não tinha. E não tinha um departamento para livros de referência, dicionários, estas coisas. Eu falei: “Não, tá errado. Um jornal desse porte não pode ser assim”⁶.

Nesta mesma entrevista, Dines conta que o primeiro responsável pela nova seção de pesquisa foi o jornalista maranhense Nonnato Massom, considerado por ele um verdadeiro “rato de biblioteca”. Massom teria chegado havia poucos meses ao jornal por uma indicação de José Sarney à Condessa Pereira Carneiro (ambos maranhenses) e

⁵ Entrevista com Alberto Dines, 21 de agosto de 2002. Programa “Memória da imprensa carioca/UERJ”. Entrevistadores: Maria Aparecida Costa e Antony Devalle. Disponível no site da TV Brasil http://tvbrasil.org.br/observatoriodaimprensa/sobre_dines/memoria.htm

⁶ Alberto Dines, em entrevista concedida a mim, Rio de Janeiro, 19 de abril de 2011.

“possuía uma redação muito boa, além da sede de conhecimento”. Na época escrevia textos para o Caderno B, textos que sempre tinham um fundo histórico e isso, aos olhos de Dines, pareceu uma qualidade interessante para o que ele gostaria de fazer no jornal futuramente.

Assim, Massom foi chamado para fazer uma lista dos primeiros livros que seriam necessários para um espaço mínimo de consulta da redação. Foram indicados por ele livros de história da imprensa, como “Contribuição à História da Imprensa Brasileira”, de Hélio Vianna, obras que relacionavam efemérides do país, como “Efemérides Brasileiras”, escrito pelo Barão do Rio Branco, e dicionários diversos de francês, inglês, espanhol – porque naquela época, muita matéria internacional precisava ser traduzida na falta de correspondentes em outros países, situação que mudaria mais adiante. Listados por Massom, os livros eram comprados com dinheiro pedido por Dines à diretoria do jornal, que, segundo ele, dava-lhe “carta branca para fazer o que quisesse”⁷.

Neste primeiro momento, o importante é perceber que a pesquisa surge como um apoio à redação. Uma fonte de consulta, pela qual o repórter passava antes e depois de ir às ruas fazer suas matérias, para que estas ganhassem mais substância. Era um complemento ao trabalho do repórter, um pano de fundo. Entre 1964 e 1965, essa situação mudaria e a seção evoluiria para um setor autônomo, de produção de informação diante do fortalecimento da televisão como veículo de comunicação e da chegada da TV Globo à residência dos brasileiros. Neste momento, a seção passaria a ter o nome oficial de Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil, ou DPDJB.

Antes de entrar neste assunto, é necessário, contudo, destacar outros aspectos importantes que contribuíram para a consolidação do DPDJB e da gestão de Alberto Dines no *Jornal do Brasil*.

Em 1964, o então editor-chefe chamou para trabalhar no JB um “jovem jornalista sonhador, cheio de planos”: Fernando Gabeira. Gabeira veio com uma turma de colegas importados do *Diário da Noite*, onde Dines já tinha atuado profissionalmente. Ele começou como *copy desk*, mas, após o pedido de afastamento de Massom da pesquisa (para ir justamente à função em que se reescreviam os textos dos repórteres), o futuro deputado foi convidado ao departamento e ali permaneceria por quatro anos, até se afastar de vez do jornal por conta de seu envolvimento com a luta armada contra a

⁷ Dines em entrevista já citada cedida a mim em 2011.

ditadura militar. Segundo os depoimentos de Alberto Dines, Gabeira tinha um “aguçado espírito crítico e era capaz de ficar horas num canto falando sobre jornalismo”⁸.

À frente da pesquisa, ele comandou os novos projetos de Dines a partir de 1965, que consistiam em produções de conteúdo a longo prazo: porque no ano seguinte à entrada de Gabeira, ficara decidido que as editorias do dia a dia cuidariam das matérias e projetos nos prazos apertados e a pesquisa, das de prazo mais longo, como os futuros “Cadernos de Jornalismo”, uma ideia adaptada do mural de jornalismo chamado “*Winners and sinners*”, do *New York Times*.

Neste mural, que também tinha uma versão impressa de circulação interna, os jornalistas do periódico novaiorquino inseriam textos para louvar as boas matérias escritas por seus repórteres e outros para criticar as ruins, ou com erros. Dines descreve a iniciativa como algo muito “divertido, aberto” (2011), um mural de boas ideias. Algo que gostaria de levar para o JB.

Antes, no entanto, de se falar dos “Cadernos de Jornalismo”, que num futuro distante evoluiriam para o próprio *Observatório da Imprensa* (programa da TV Brasil apresentado por Dines hoje com intuito de criticar o que é produzido pela mídia), deve-se falar do biênio 1964-1965, quando dois fenômenos guiaram o então chefe de redação para mudanças bruscas na linha editorial do jornal: a chegada da TV Globo em parceria financeira com o poderoso grupo jornalístico dos Estados Unidos, *Time-Life*; e um curso feito por ele durante três meses em redações de jornais norte-americanos para repensar o jornalismo brasileiro. De um lado, surgia uma concorrência real e desconhecida à mídia impressa e, de outro, ideias para uma renovação do modelo vigente, o qual prezava não mais a quantidade, mas sim qualidade. Só assim para se fazer frente ao imediatismo da notícia pela televisão.

⁸ Idem

3 – OS ANOS DE OURO

Foi entre 1965 e 1973 que Alberto Dines consolidou no *Jornal do Brasil* suas principais reformas de cunho editorial e organizacional. Estas mudanças são consideradas pela historiografia da imprensa um marco no jornalismo brasileiro, que inspiraram transformações em diversos outros periódicos do país. A criação de editorias, e o surgimento do Departamento de Pesquisa e Documentação como produtor de um conteúdo interpretativo à notícia e a adoção do que se chama nos Estados Unidos de *media criticism*, principalmente por meio dos “Cadernos de Jornalismo” (1965-1974), são exemplos da bem sucedida estruturação da marca encabeçada por ele.

Suas mudanças fizeram com que o JB conseguisse se afirmar como uma grande empresa e possibilitaram um período de prosperidade econômica do jornal. Apesar das mordanças da censura da ditadura militar, o JB veiculou feixes de oposição nas entrelinhas das notícias, mantendo uma postura liberal-conservadora e vivendo neste período uma época de ouro, que chegaria ao fim com o sopro dos ventos da abertura política e econômica dos anos 1980.

3.1. Dines e as mudanças editoriais do jornal

A viagem de Alberto Dines aos Estados Unidos nos últimos meses de 1964 foi um marco em sua trajetória à frente da redação do *Jornal do Brasil*. Foi após a volta ao Rio de Janeiro, em 1965, que passou a se dedicar exclusivamente ao JB, colocando em prática seus maiores projetos, como a criação de editorias dentro do jornal (vale destacar a Pesquisa e Educacional), dos “Cadernos de Jornalismo” e a fundação da Agência JB. Seu nome só seria incluído no expediente a partir deste ano (quando também deixava de vez o trabalho na revista “Manchete”).

A organização de pequenos núcleos de trabalho não era muito usual na redação. Na redação você tinha basicamente a Local, Polícia... Tinha Internacional com telegramas, economia ninguém cobria... E fui criando departamentos (...). Mais tarde eu evolui e criei [as editorias]... Porque eu estava trabalhando no jornal e não tinha nenhum título para a minha função, meu nome não saía no expediente e aí então precisamos regularizar isso e eu falei “não, eu vou ser editor-chefe e vamos dividir o jornal em editorias”. Isso foi em 65... Então eu era o chefe das editorias. E também era uma forma minha de não me envolver com a parte política porque eu nada tinha a ver

com isso. Então, eu cuidava da redação. Eu era o editor, chefe da redação. E assim foi⁹.

Durante a viagem patrocinada pela diretoria do *Jornal do Brasil*, Dines fez um curso de três meses na Universidade de Columbia, seguido por mais dois de estágios em redações de periódicos norte-americanos. O curso era dedicado a editores de jornais da América do Sul a fim de que observassem os novos rumos da mídia de um país chamado desenvolvido diante do assentamento da televisão como veículo de informação instantânea. Dines conta que teria sido a primeira vez em que entrara em contato com chefes de reportagem e diretores artísticos de outras nações, passando a ter uma visão mais ampla da profissão e do que precisava fazer para que o JB produzisse o que ele chama de “jornalismo de qualidade”. Tudo o que seria feito adiante na empresa da Condessa Pereira Carneiro seria inspirado no que ele aprendera tanto com o curso quanto com os períodos de estágio no *Harold Tribune*, no *New York Times* e na revista *Time & Life*.

Com a equipe do *Herald Tribune*, por exemplo, Dines teria chegado à conclusão de que o modelo de um “jornal revista” era o modelo para o jornalismo do futuro: o periódico era denso, tinha poucas porém longas reportagens, com boas doses de opinião e interpretação crítica da notícia. Isso se tornaria, para o jovem, sinônimo de jornalismo de qualidade. Outra coisa que despertou a curiosidade do editor foram as reuniões diárias de pauta, dentro das quais se fazia o jornal do dia após um *brainstorm* de mais de cinco horas. Quando chegasse ao Brasil, inspirado nessa ideia do fazer o jornal de forma coletiva, Dines fundaria o “comitê do futuro” - um grupo de repórteres que se reuniria frequentemente para pensar em como seria o JB da década de 1970. Este comitê produziria a coluna “Jornal do futuro”, que seria publicada esporadicamente na última página do Caderno B (LIMA, 2006).

Do *NY Times*, Dines importaria principalmente o chamado *media criticism*, colocado em prática por aqui por meio dos “Cadernos de jornalismo”. Como foi citado no tópico 2.2, “Cadernos” tiveram suas raízes atreladas ao jornalzinho interno *Winners and Sinners*, do *Times* - uma publicação em que se homenageavam os melhores do mês e se fazia uma espécie de piada com os piores erros ou reportagens do período. Ao trazer para o Brasil a ideia - com algumas mudanças -, Dines criaria uma espécie de imprensa da imprensa, um veículo crítico com o intuito de se discutir não só o

⁹ Alberto Dines em entrevista já citada à autora (2011).

jornalismo que estava sendo feito no JB, mas também o que estava sendo feito no Brasil e no mundo, assim como tópicos relacionados a tecnologias e novos rumos da comunicação de massa. Quando saísse do JB, em 1973, ele levaria a ideia para a *Folha de S. Paulo*, onde fundaria o “Jornal dos Jornais”.

Além do *media criticism*, o *Times* inspirou em Dines toda uma nova forma de ver a notícia. A partir do contato com o departamento de pesquisa tanto deste jornal quanto da revista *Time & Life*, a interpretação ganharia destaque nas páginas do JB, principalmente por meio dos produtos da nova editoria de Pesquisa. Um artigo publicado em 1967 pelo jornalista A. Beluco Marra, conta de que forma isso teria ocorrido:

A ideia inicial para o funcionamento do DPD tinha o *New York Times* por modelo. No seu review semanal o NY Times publica pequenas biografias de personagens que estiveram nas manchetes durante a semana; (...) Muitas vezes o jornal traça também um pequeno histórico do fato que está acontecendo. (...) Estas pequenas matérias vêm cercadas por fios, que indicam ser elas um subsídio para o review semanal. Elas vem do que podemos chamar de Departamento de Pesquisa e Documentação do NY Times. Já a revista *Time & Life* pratica hábitos diferentes quanto a estes departamentos: 132 pessoas trabalham lá para que o Arquivo e a Biblioteca possam fornecer pastas cada vez mais completas aos redatores e repórteres a fim que montem eles mesmos suas matérias. Aqui, este departamento seria chamado de arquivo morto. (MARRA, 1967. *Cadernos de Jornalismo*, número 7, p.5)

O Departamento de Pesquisa e Documentação do JB seria um misto destas duas experiências, com acréscimo de novas ideias. A partir de 1965, o DPD assumiria uma postura independente da redação e passaria a ser uma editoria com vida própria, que cuidava de seus próprios projetos. Além de assinar colunas fixas, em que situava o fato na história, assinadas com o selo “Departamento de Pesquisa”, era também incumbida de redigir textos de suporte no caso de falecimento de pessoas importantes; e de editar projetos chamados de “longo prazo”, como os “Cadernos Especiais”, “Cadernos de Jornalismo” e “Jornal Mural do JB” (MARRA, 1967).

Toda a pesquisa do DPD era feita com base numa biblioteca que crescia cada vez mais, num acervo de recortes organizado em pastas temáticas que continham as notícias do dia, de diferentes jornais do Brasil e do mundo; e do arquivo fotográfico, criado com intuito apenas de armazenar os negativos produzidos pelas câmeras de fotógrafos mas que, ao longo da década, evoluiria para uma seção acrescida de uma

seção temática iconográfica. Por conta do crescimento das funções do departamento e, por consequência de seu acervo e funcionários, foi dedicado a ele um andar inteiro da nova sede do JB, na Avenida Brasil 500 – para onde o jornal seria transferido no início dos anos 1970.

A eficácia desse departamento, como aponta Patrícia de Sousa Lima (2006), motivou o surgimento de inúmeros bancos de dados pelo país, e os jornais passaram a cuidar melhor de seus recortes, arquivamento de suas edições e negativos, bibliotecas de referência. A experiência, inspirada nos periódicos norte-americanos, integrava, como veremos, uma política de descentralização da redação e trabalho em equipe. A organização interna do *Jornal do Brasil* se tornaria uma referência nacional, motivando a mudança de vários jornais e revistas brasileiros nos anos que se seguiam (MARRA, 1967).

A descentralização originou também outras editorias, conforme já foi dito – de 1965 a 1973, por exemplo, o JB seria segmentado em micro núcleos de trabalho: Nacional, Internacional, Cidade, Economia, Turfe, Esportes, Caderno B, Caderno C, Pesquisa, Educacional, Feminina, Pauta e criação e Fotografia. A criação desta última, assim como o cargo de um editor de fotografia, teve como ponto de partida uma maior participação do fotógrafo na escolha das imagens que ilustrariam as páginas do periódico.

Em entrevista realizada pela Revista de História da Biblioteca Nacional, em 2008, o jornalista Marcos Sá Correia conta um pouco como eram os tempos em que trabalhava como estagiário de fotografia no JB da Av. Rio Branco, durante a primeira metade da década de 1960. No relato, Sá Correia – que nos anos 1980 se tornaria editor-chefe do periódico – reforça a precariedade das instalações e a desorganização da seção, naqueles primeiros anos de funcionamento:

O Jornal do Brasil funcionava, ainda, na Rio Branco, tinha um departamento grande de fotografia mas era uma coisa muito esculhambada. Engraçado que era muito primitivo, funcionava debaixo da escada, naquele prédio antigo. Você, quando revelava as fotos, tinha que tomar cuidado porque se alguém pisasse nos degraus, eram de madeira, podia entrar luz. E é tudo assim meio esculhambado mas muito bom. Era um dos melhores grupos de fotografia do Rio de Janeiro. Eu entrei ali para aprender e era um bando de cobra criada que tratava estagiário meio na brincadeira. (...) [No meu primeiro dia, quando voltei da rua,] revelei três fotos e aquilo ia sendo levado, correndo, para as reuniões dos editores e alguém, eu nunca soube quem, eu não

sabia, não conhecia o processo dessas escolhas no jornal, foi colocar, no dia seguinte, na primeira página. Quando eu abri o jornal, tomei um susto. Estava lá na primeira página do jornal e assinada¹⁰.

Mas, com o passar do tempo, a editoria e o funcionamento do arquivo foi mudando e se profissionalizando. Logo nasceu a Agência JB para colher os frutos do trabalho realizado pelos funcionários. Segundo a historiadora Patrícia de Sousa Lima (2006), a criação da AJB se deu num momento em que o posicionamento do jornal era de apoio ao jornalismo que se desenvolvia no interior do país. Por meio da agência, periódicos de qualquer estado passaram a comprar informação apurada pelos repórteres do JB ou até mesmo por agências no exterior – que, por sua vez, vendiam o conteúdo para a empresa da Condessa Pereira Carneiro.

O JB, neste quadro, consolidava-se como referência em conteúdo jornalístico e as vendas da AJB (tanto em texto quanto em fotos) passaram a gerar lucros altos que, durante a década de 1970, financiariam a compra de equipamentos de transmissão de informação de última geração, o que agilizava o processo de comunicação entre o interior e o Rio de Janeiro. A AJB funcionaria como braço independente do jornal até meados da década de 1980, quando a seção passaria a comandar outros departamentos, como por exemplo, o de Pesquisa. Neste caso, o início da crise administrativa e financeira do JB gerara uma descaracterização das funções do DPD, fazendo com que passasse a ser subordinado à agência e parasse de produzir conteúdo; passando, portanto, a servir apenas de apoio à pesquisa da redação ou repositório da memória do jornal e do país. Além de fonte de renda, devido à comercialização de produtos de arquivo (imagem ou texto).

Mas, voltando à segunda metade dos anos 1960, ao mesmo tempo em que se modernizava e observava as novas tecnologias de informação e comunicação, a direção do JB também se preocupava em melhorar o nível técnico de seus funcionários no intuito de garantir uma excelência a longo prazo no conteúdo produzido – o jornalismo enquanto profissão começava a ser repensado e valorizado no Brasil e o JB acompanhava este movimento.

A redação passou a receber cursos destinados aos repórteres – ministrados não só por professores das novas escolas de comunicação que iam surgindo, mas também

¹⁰ Trecho não publicado de entrevista realizada para o número 31 da Revista de História da Biblioteca Nacional, de abril de 2008.

por jornalistas mais experientes, que eram instruídos a passar seu conhecimento para os mais jovens. Um resumo destes cursos seria publicado, em 1971, em três edições seguidas dos “Cadernos de Jornalismo” (30, 31 e 32-33), sob o título “Um jornal em debate”.

O JB tinha também programas de estágios, nos quais jovens funcionários de outras empresas visitavam suas dependências para aprender como funcionavam os novos setores, principalmente o setor de pesquisa e documentação.

Em depoimento à autora em abril de 2011, Dines comenta que, em 1966 ou 1967, Roberto Civita enviou para o JB um jovem jornalista que nem “ousava” falar com o editor-chefe do *Jornal do Brasil*: Juca Kfourri. Segundo o relato, Kfourri trabalhava no recém-criado Ddoc da Editora Abril e foi fazer um estágio de algumas semanas no JB a fim de aprender os métodos de organização do DPD para levar algumas ideias para São Paulo. O estágio teria rendido bons frutos ao grupo paulista – na edição de número 37 dos “Cadernos de Jornalismo” (nesta época já se chamando “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”), por exemplo, uma entrevista com o jornalista Mino Carta chamada “*Veja e a afirmação do jornalismo interpretado*” (1972), é precedida por um parágrafo produzido pelo DPDJB que situa as notícias de cunho interpretativo da revista *Veja* como inspiradas no modelo de jornalismo adotado no JB após 1965.

Lançada há quase quatro anos, a revista *Veja* firmou no Brasil uma linguagem jornalística que foi iniciada na Editoria de Pesquisa do *Jornal do Brasil*: a notícia comentada e analisada subjetivamente, de maneira sintética e, muitas vezes, bem-humorada. (1972, p.33)

Outra novidade digna de nota surgida nesta época foi o departamento Educacional, criado também em 1965 sob comando do professor Dymas Joseph e da jornalista (e diagramadora) Maria Regina Senna. Educacional era uma seção que reunia jornalistas e educadores com a responsabilidade de garantir que o conteúdo do *Jornal do Brasil* fosse educativo (LIMA, 2006) – ou seja, simples para qualquer tipo de leitor. Para além dessas revisões e críticas constantes ao que era redigido pelos repórteres, o Educacional produzia conteúdos a longo prazo, sempre auxiliado pela equipe do DPD – inicialmente chefiada por Fernando Gabeira e, após seu afastamento da redação, pelo jornalista Roberto Quintaes. Um exemplo desta parceria entre as duas editorias teria sido o “Jornal Mural do JB” – um jornalzinho em tamanho tablóide, lançado em 1968, que também era distribuído em escolas e bibliotecas do estado do Rio.

De acordo com um editorial impresso na edição de número 51 do JM (de julho de 1969), a publicação ajudava a “levar aos alunos do estado conhecimentos sobre o mundo e sobre o Brasil”, além de ajudar no trabalho do professor em sala de aula, por fazer um apanhado interpretativo das notícias mais quentes da semana ou do mês.

Nesta edição do “Jornal Mural” (a única disponível para consulta no acervo do *Jornal do Brasil* hoje), o tema escolhido era “Vamos à Lua com o JB”, cuja reportagem principal comentava a cobertura jornalística à distância sobre a corrida espacial. De acordo com o editorial, a equipe do Educacional realizava pesquisas periódicas em escolas da cidade para saber quais eram as principais demandas. O “Jornal Mural” era uma via de mão dupla entre imprensa e instituições de ensino.

3.2. 1965-1973: Crescimento para todos os lados

Além das mudanças internas, o jornal no período 1965-1973 precisava adotar uma nova postura externa, para fazer frente à concorrência de outros periódicos cariocas que vinham crescendo com ele, como *O Globo* – em meio a uma conjuntura de crise econômica geral, censura por parte do governo militar e o assentamento da televisão como veículo de informação instantânea. Neste período, pode-se destacar três fatores que contribuíram para a consolidação da marca: a contratação cada vez maior de funcionários especializados, a construção da nova sede na Avenida Brasil 500 e o lançamento da edição do JB nas segundas-feiras.

Sobre o quadro de funcionários, vale dizer que não eram só repórteres ou fotógrafos que alimentavam conteúdo do jornal. A colaboração de grandes nomes da literatura e da cultura brasileira – principalmente ao Caderno B – aumentava o prestígio do periódico entre os leitores da classe média. Ficaram famosas as contribuições regulares de Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade, Antônio Callado e Cecília Meireles.

A historiadora Patrícia de Sousa Lima, em sua pesquisa de doutorado sobre o *Caderno B* (2006), conseguiu ter acesso a outras edições do “Jornal Mural do JB” não mais disponíveis no arquivo, hoje, no Rio Comprido. Segundo ela, na edição de número 68, publicada em abril de 1971, um artigo sobre o funcionamento da empresa dizia que a folha de pagamento do *Jornal do Brasil* contava com 1.651 funcionários naquele ano – que trabalhavam em todos os braços da marca, incluindo as “sete sucursais nacionais (Rio Grande do Sul, São Paulo, interior do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Brasília

e Pernambuco) e ainda treze correspondentes nacionais e sete no exterior (Roma, Bonn, Londres, Telaviv, Paris e Nova Iorque)” (LIMA, 2006, p.133).

O crescimento do quadro de funcionários a partir da volta de Alberto Dines dos Estados Unidos, em 1965, estimulou o sonho de construção de uma nova sede. O prédio da Avenida Rio Branco, no Centro do Rio, ficou pequeno para a perspectiva de expansão da grande empresa e os lucros gerados pela oferta cada vez maior de publicidade possibilitaram que o projeto saísse do papel. O terreno foi adquirido em 1966 e a obra, concluída no final de 1972. A mudança do pessoal seria finalizada no início de 1973, quando seria iniciado o período de maior ostentação financeira.

A construção do prédio na Avenida Brasil 500 entraria para a história do JB, no entanto, como o erro administrativo que o levaria à falência, na década de 1990. A dívida gerada pela obra grandiosa, realizada com materiais caros e importados, e fundada na possibilidade de uma possível concessão de TV jamais seria quitada. Mas só seria sentida no bolso de seus gestores em meados da década de 1980 – por hora, o impacto da transferência da sede teria sido apenas social (em decorrência do afastamento da redação do centro da cidade, do centro dos acontecimentos) (LIMA, 2006). Mas enquanto o rombo não era aparente, os funcionários tentaram se alojar da melhor maneira nas novas dependências: só o Departamento de Pesquisa e Documentação ocupava um andar inteiro do edifício (ver capítulo 4).

Na briga pelo mercado editorial jornalístico, o JB lançou, sob a máxima “a informação não tem dia de folga”¹¹, a edição de segunda-feira, em julho de 1972. Durante toda a sua história, o JB funcionou apenas durante seis dias por semana, publicando a edição de domingo como domingo/segunda. Mas, ao observar as mudanças que já ocorriam em jornais europeus, os diretores do JB decidem dar um passo a frente, logo acompanhados por mais treze diários cariocas, como o vespertino *O Globo* (que decide sair também aos domingos) e *O Jornal, Diário de Notícias, Última Hora, Jornal dos Sports* (LIMA, 2006).

Em depoimento à autora, Dines comenta a competição com o periódico de Roberto Marinho, inaugurada já na década de 1960:

Houve uma disputa... Naquela época, os jornais matutinos saíam aos domingos, mas não saíam às segundas-feiras. E os vespertinos não saíam aos domingos, mas saíam às segundas, que era o grande dia. Então as duas empresas resolveram brigar e uma invadiu a área da

¹¹ Cadernos de Jornalismo e Comunicação, n. 39, 11-12/1972, pp. 45-50

outra. Foi um embate sensacional. Sensacional. E o JB saiu-se muito bem, apesar do Globo ter apoio da TV Globo, maciçamente. Propaganda, anúncio... Por quê? Porque era um jornal de qualidade. Com textos grandes, bem feitos... Porque esse negócio de fazer texto pequenininho... Não! Texto grande, de qualidade, bem feito. E o suporte da pesquisa foi fundamental, como um produto definido.

E o *Jornal do Brasil* de fato se saiu bem. Só foi perder a briga para *O Globo* durante a década de 1980, quando a TV da mesma família já se consolidava no topo da audiência e os problemas administrativos do JB causaram cortes no orçamento que foram podando, cada vez mais, a possibilidade de crescimento da marca.

3.3 Nas entrelinhas da notícia

Ao passo em que ocorriam as mudanças no conteúdo e na organização do *Jornal do Brasil*, diário se solidificava como um veículo de comunicação dotado de grande credibilidade. Isso trazia tanto vantagens quanto desvantagens. As vantagens são claras: a credibilidade aumentava o interesse dos anunciantes, o que era revertido em mais dinheiro para os cofres da empresa. O dinheiro arrecadado com a publicidade e também com as vendas da Agência JB estimularam, como já foi visto, a contratação de uma grande equipe espalhada por sucursais em outros estados do Brasil e nas principais cidades do mundo, além da construção de uma nova sede, desta vez na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

O lado negativo da ascensão da marca relaciona-se com o momento de censura à imprensa por parte do governo civil-militar (1964-1985). Apesar da postura do JB ter sido flexível com relação ao apoio ao governo, a redação precisou aprender a trabalhar com a criatividade nas entrelinhas das notícias, principalmente após ter sido baixado o Ato Institucional Nº 5, em dezembro de 1968. Ao mesmo tempo, portanto, em que aumentava a relevância do jornal no quadro da imprensa brasileira, crescia também a fiscalização sobre trabalho dos jornalistas naquela redação.

É importante ressaltar que a censura começou no Brasil logo após o golpe de 1964, manifestando-se até 1968 sob forma de telefonemas às redações de jornais, que proibiam a veiculação de determinadas notícias (BARBOSA, 2007). Logo nos primeiros anos do governo houve a preocupação com o arquivamento de informações e

de que maneira a imprensa poderia divulgar a notícia e quais efeitos essa produção teria sobre o público em tempos de ausência de democracia.

Criou-se a partir de então o Serviço Nacional de Informação (SNI) e, posteriormente, os centros de informação do Exército, Marinha e Aeronáutica. O AI-5, como veremos adiante, mudou a forma de ação do governo sobre a mídia e os telefonemas da censura prévia passaram a ser acrescidos de visitas surpresa e bilhetes. A vigilância do governo e a reação da mídia não eram homogêneas – variavam conforme a particularidade do fato ocorrido, da mídia em questão e também do momento político. As regras não eram claras neste jogo de repressão e a possibilidade de um veto à notícia a qualquer hora do dia passaria a incitar, como veremos adiante, a auto-censura no jornalismo brasileiro. No caso do *Jornal do Brasil*, a forma de dar a notícia caminhava entre o apoio ou não ao governo e a tentativa de se manter um diálogo intelectual e contemporâneo em suas páginas.

O verbete sobre o JB no *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro Pós 1930*, de autoria de Marieta de Moraes Ferreira e Sérgio Montalvão, define o periódico, em seu período enquanto “grande imprensa” (a partir de 1961), como dotado de “quatro atributos que sempre nortearam sua atuação”: o JB seria um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada” (p.2870).

Devido a estes atributos, o *Jornal do Brasil* decidiu apoiar o golpe militar de 1964 - na esperança de que um governo mais conservador pudesse devolver ao país a estabilidade econômica e a dita moralidade social, que teria sido “desviada” nos anos do governo de João Goulart (1961-1964); e atravessou o período dos “anos de chumbo” com uma postura reservada, permitindo “algumas frestas de oposição em seções internas, onde eram veiculadas ideias liberais” (LIMA, 2006, p.120).

O JB, neste período, teria tentado manter em diálogo um número considerável de intelectuais e políticos capazes de trazer à tona o debate cultural, social e político de seu tempo, ao passo em que se preocupava com a cobertura do noticiário local, de forma que mantivesse o interesse do pequeno anunciante – coisa que era fomentada pelo trabalho da Agência JB, que, como já foi dito no início deste capítulo, atuava como agenciadora de notícias entre a capital e o interior do Brasil.

Mas de que forma era possível manter vivo o debate sem prejudicar as relações com o governo e também com suas diretrizes editoriais? O jornal permitia uma liberdade de expressão de seus autores em seções específicas, com mensagens passadas de forma sutil, para tentar (nos casos em que a censura apertava o cerco a determinado

assunto) exprimir algum tipo de opinião de oposição. Sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde, por exemplo, o escritor Alceu de Amoroso Lima explicitava seu pensamento contrário ao governo de Emílio Gastarú Médici (1969-1974), ainda que a postura do jornal fosse favorável às decisões econômicas de sua gestão, como as implementadas pelo ministro Delfim Neto no Ministério da Fazenda.

Ficaram célebres durante o período os quadros no canto superior esquerdo na primeira página do jornal com a previsão do tempo, sempre que a temperatura esquentava no termômetro da política. O mais conhecido foi o do dia 14 de dezembro de 1968 – dia seguinte ao AI-5. “Tempo negro, dia sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Max: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras” – vinha escrito naquela edição que não fazia questão de esconder o descontentamento do JB com as atitudes tomadas no governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969). Neste episódio, a redação estava tomada por majores do exército que se comportavam como censores. Para contornar a situação, o quadro sobre o tempo no canto superior esquerdo foi acompanhado por outro, só que ao lado direito da logomarca, onde se dizia “Ontem foi o dia dos cegos”.

A forma de posicionamento da empresa da condessa durante o período Costa e Silva foi de crítica ao governo, apesar de ter ficado explícita a aprovação do mandato anterior, presidido por Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) - apoiado pelo *Jornal do Brasil* por ser um homem forte, “que exercesse real autoridade” no Executivo¹². Os poderes excepcionais concedidos ao chefe da nação por meio do AI-5 entravam em conflito com o atributo “constitucionalista” do JB – já que o ato decretou, entre outras coisas, o recesso indeterminado do Congresso Nacional, com a suspensão das garantias do habeas-corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica, social e a economia popular.

A solução adotada para o episódio do dia 13 de dezembro de 1968 traduzia bem a postura do jornal e a sutileza das decisões tomadas pelo editor da redação. Em um texto lido na Fundação Getúlio Vargas, em 1972, Alberto Dines deixa clara sua posição a respeito do jornalismo feito na redação do JB (e também o feito na imprensa brasileira) nos anos marcados pela censura:

Espero que o Governo se despreocupe com a imprensa. Não tente melhorá-la nem tente consertá-la. Deixe-a desenvolver-se livremente,

¹² DHBB, p.2871.

só isso. (...) É preciso que, de uma vez por todas, os governantes não confundam publicidade com comunicação. (...) A comunicação livre é a válvula de escape da sociedade. Colméia sem zumzum não tem harmonia nem equilíbrio, muito menos ordem. A imprensa brasileira é, sem dúvida, a melhor do continente e uma das que mais expressivas vitórias obtiveram no mundo, nos últimos anos. Mas todo esse progresso, objetivo e subjetivo, pode ser jogado fora com mais alguns meses de mau jornalismo, que todos estamos sendo obrigados a fazer. Só numa situação irregular é que os irresponsáveis ganham evidência, as empresas falidas vendem suas almas, os interesses escusos podem prosperar. A comunicação é a ciência da verdade.¹³

No campo internacional, a situação era conturbada naqueles últimos anos da década de 1960 e primeiros da de 1970. Na China, por exemplo, eclodia a Revolução Cultural liderada por Mao Tsé Tung; nos Estados Unidos, cresciam os protestos pela igualdade racial, assim como os manifestos pelo fim da Guerra do Vietnã. Entre Israel e os países árabes, a Guerra dos Seis Dias deixava ainda mais delicada a relação no Oriente Médio. Na América do Sul, a violência e os gritos de protesto por mais liberdade de expressão e mobilidade também se faziam valer.

Como já foi mostrado, o JB neste período encabeçava o movimento da profundidade jornalística e interpretação da notícia nas páginas do impresso. A cobertura dos eventos internacionais era tratada com cuidado, geralmente em reportagens que contavam com um *background* produzido pelo Departamento de Pesquisa e Documentação com a contextualização do fato. Com a censura à imprensa brasileira, era difícil seguir as novas propostas editoriais do JB, ainda mais quando o assunto dizia respeito à liberdade de expressão e direitos constitucionais. É por isso que a empresa reservava espaços para que a notícia fosse dada nas brechas da censura.

Mas, em dado momento, quando o crescimento da marca começou a esbarrar na opinião política de oposição veiculada em suas páginas, decidiu-se sacrificar a opinião e manter um bom relacionamento com o Estado – o grande anunciante da mídia durante os anos 1970. O episódio mais marcante deste embate foi o do dia 12 de setembro de 1973.

A situação política no Chile estava tensa. O presidente Salvador Allende enfrentava uma dura oposição nos últimos meses de seu mandato, que culminaria com o golpe militar sucedido de sua morte, encabeçado pelo general Augusto Pinochet, em 11

¹³ DINES, Alberto. Comunicação e jornalismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Instituto de Documentação, 1972 (mimeo: palestra apresentada no curso “Informação, Documentação, Comunicação”). (apud LIMA, 2006, p.126)

de setembro de 73. No Brasil, a orientação da censura foi para que os jornais não anunciassem em manchete a morte do líder chileno, fazendo com que entrasse em cena um jogo de criatividade por parte da equipe do JB.

Impedido de tratar o evento com destaque, o JB decidiu ir às ruas no dia seguinte com apenas uma notícia na primeira página. Sem título. Apenas a notícia em corpo tamanho vinte e quatro, em itálico, acompanhada do L dos classificados, sob a logomarca do Jornal do Brasil, anunciando a morte de Salvador Allende e atribuindo-a diretamente ao golpe militar que ocorria naquele país. Nas páginas internas, uma densa cobertura do ocorrido com relatos de correspondentes, fotos e notícias sobre a junta militar que assumira o poder, dava substância à notícia.

Além do conteúdo convencional de cobertura jornalística, foi produzido pela equipe do Departamento de Pesquisa um encarte especial que foi vendido separadamente naquele dia, chamado “Tudo sobre a queda de Allende” – um caderno de 60 páginas que contava a trajetória de Allende a frente do governo chileno, explicando, em capítulos, os eventos que levaram à sua morte. Em depoimento à autora, Alberto Dines conta que “Tudo sobre a queda de Allende” fora o primeiro e último caderno especial com o título “Tudo Sobre”. Fazia parte de um projeto que tinha a intenção de lançar periodicamente tudo sobre alguma coisa, mas que, por conta desta publicação e da seguinte demissão do editor-chefe, não fora levada adiante.

Um editorial publicado na contracapa do encarte deixava claro não só os objetivos daquele caderno, mas também a forma como o conteúdo do jornal se apresentava desde a entrada de Alberto Dines na redação. O texto sistematiza o carro-chefe das reformas, que era o de se fazer um jornalismo de qualidade, profundidade e com boas doses de interpretação da notícia – receita repetida nos outros produtos do DPD, como os “Cadernos de Jornalismo”. Na contracapa de “Tudo sobre” lê-se o trecho a seguir:

Os jornais sempre foram uma fonte de História. Repositório de fatos, recolhidos, selecionados e editados no calor do acontecimento, um grande jornal hoje em dia, ampliou e aprofundou o seu campo visual. (...) O Jornal do Brasil, empenhado a cada dia, a cada hora, a cada minuto, na luta pela notícia objetiva e exata, tem também a consciência dessa missão documental que lhe cabe. Fazemos jornalismo e, ao mesmo tempo, numa perspectiva distinta, contribuimos para fazer história. A manchete de hoje não desaparece com o correr dos dias, nem dos anos. Transforma-se. Recolhe-se a essa vasta insubstituível memória que distingue um grande jornal e lhe enriquece a contribuição. O drama do Chile, que ocupa a atenção

do mundo vem sendo dia a dia documentado, analisado e interpretado, há vários anos, pelo *Jornal do Brasil*. (...) Fiéis à missão da imprensa, que não se anulou, mas se aprofundou a partir dos meios de comunicação de massa, tratamos diariamente de não apenas dar a informação sobre o Chile, mas também de entendê-la, de pô-la no registro exato e interpretá-la. (*Tudo sobre a queda de Allende*, *Jornal do Brasil*, 1973, p. 2).

A explícita posição contrária de Dines ao regime militar nos últimos anos em que ficou à frente da redação ia de encontro aos interesses do jornal enquanto uma grande empresa. Já se fora o tempo em que a imprensa era marcada pelo debate político caloroso, no estilo literário e panfletário de noticiar. Num momento em que o jornal se consolida como um veículo que defende a objetividade e a “imparcialidade”, a preocupação com a longevidade da marca é maior do que a capacidade de se apostar no risco explícito. Afinal, o pequeno anunciante não custeava mais os rumos da empresa. O governo militar encabeça, principalmente a partir de Médici, uma reviravolta econômica e cria, além de uma nova moeda (o Cruzeiro Novo, logo Cruzeiro), uma série de fundações e órgãos públicos com dinheiro para investir em publicidade, como a Embratel. Não era de interesse do JB ficar de fora desta fatia dos investimentos do Estado.

Entra em cena nessa conjuntura a autocensura. Marialva Barbosa (2007) enfatiza que o período de vigilância presencial dos majores na redação ou os bilhetes enviados pelos órgãos de controle de informação aos meios de comunicação serviram para alertar aos donos das marcas dos perigos que estavam sendo expostos em caso de desobediência dos avisos do Estado. Como a censura prévia não tinha regras claras, o próprio jornal criava uma direção do que podia e o que não podia ser publicado. O JB no início da década de 1970, por exemplo, adotou um modelo de colegiado, onde alguns jornalistas e acionistas faziam reuniões periódicas para decidir os caminhos do posicionamento do jornal e de que maneira as notícias podiam ou não ser abordadas (LIMA, 2006).

Foi por isso que a permanência de Dines como editor-chefe do *Jornal do Brasil* foi ameaçada no momento em que se deixou levar pelo ímpeto da denúncia e da liberdade de imprensa naquele episódio do 12 de setembro. Não era só Dines quem incomodava, neste contexto, os olhos da censura e os objetivos da condessa e do genro Nascimento Brito. Jornalistas como Ana Arruda e Zózimo também já haviam sido detidos e liberados pela polícia, por conta do que escreveram no JB. Isso sem mencionar

Fernando Gabeira, que um dia simplesmente decidiu não ir mais trabalhar devido a seu envolvimento com a luta armada de oposição. Entre o liberal e o conservador, o JB se posicionou como moderado e decidiu por afastar os focos de ameaça à empresa.

No caso de Dines, a demissão foi acordada com Nascimento Brito em dezembro de 1973. No dia seguinte ao afastamento, uma notinha de poucas linhas na parte do editorial anunciava o fim de uma era de grandes mudanças no *Jornal do Brasil* e também na imprensa carioca. O que viria em seguida seria um tempo de prosperidade financeira, marcado pelos anos iniciais na Avenida Brasil 500, que logo acabariam em desastre.

A postura de oposição assumida pelo JB durante o período de abertura política do governo Geisel, em 1974, fez com que a empresa sofresse boicotes econômicos principalmente na área de telecomunicações. Ao JB foi negada a concessão de canais de rádio em frequência modulada em várias cidades, fazendo com que o jornal tivesse que comprar alguns deles. Os entraves impostos também a um possível canal de televisão geraram prejuízos incalculáveis, que se somariam ao déficit no orçamento em decorrência da construção da nova sede e da perda de espaço no mercado por conta do crescimento acelerado de *O Globo* – agora que este também competia pelos anunciantes do dia de domingo.

Aos poucos, a empresa caminhava para a crise financeira, que acompanhava, em contrapartida, o restabelecimento dos princípios de democracia no país. Apesar de fugir ao espaço de tempo recortado neste trabalho, vale mencionar que os primeiros indícios da futura falência se mostraram já na metade dos anos 1980, quando, por falta de caixa, o JB não quitou todas as dívidas sindicais que tinha com a redação. É sabido que neste momento Leda do Nascimento Brito, filha da já falecida condessa Pereira Carneiro, vendeu parte de seu acervo de joias e objetos de arte para saldar alguns compromissos trabalhistas¹⁴.

O xeque-mate teria sido dado no fim dos anos 1980, em consequência da crise financeira generalizada que acometeu os cofres públicos com o fim do período militar. Como já foi dito, o JB perdera espaço de anúncios para *O Globo* e uma fatia importante de seus leitores para o mesmo periódico. Tudo se complicava ainda mais com as dívidas geradas pela velha construção do prédio na Avenida Brasil, os gastos com a concessão do canal de TV e os erros administrativos da família Nascimento Brito. Com os

¹⁴ DANTE, Nilo. “Impressões de viagem”. In: JB: HERKENHOFF, A. *Memórias de um secretário – pautas e fontes*. Rio de Janeiro: Zit, 2010.

problemas financeiros, funcionários eram demitidos e novos projetos pararam de sair do papel. No final dos anos 1980, *O Globo* e outros periódicos brasileiros passaram a fazer ofertas de emprego a grande parte dos jornalistas do JB, bancando a experimentação de novos projetos e ideias que já não tinham mais espaço (e dinheiro) no *Jornal do Brasil*. Chegava ao fim os “anos dourados”.

4 – O DPDJB E SEUS PRODUTOS

O Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil foi criado em 13 de março de 1964, mas só se consolidou após a volta de Alberto Dines dos Estados Unidos, em 1965, conforme citado no capítulo 3. A postura que este departamento assumiria a partir de então se diferenciaria de tudo o que o jornalismo brasileiro já presenciara. O DPDJB começou como um apoio à redação e se tornou uma editoria independente, capaz de levar adiante projetos de longo prazo. Além destes projetos, a equipe da pesquisa produzia sob o selo “Departamento de Pesquisa”, textos que acompanhavam notícias do dia a dia do jornal – como a contextualização de uma guerra na história ou a recapitulação da vida de uma celebridade que morrera.

O modelo de departamento adotado no pós-65 também trabalhava como um centro de pesquisa capaz de auxiliar o repórter em sua cobertura diária da notícia. Para que isso fosse realizado com a maior eficiência numa sociedade ainda analógica, o DPD contava com subdivisões que faziam trabalho de arquivar o máximo possível de informação de uma maneira organizada e objetiva, de modo que facilitasse a busca posterior da equipe ou do repórter envolvido no assunto em questão.

É por isso que, apesar do que já foi dito sobre a criação do DPD, só se pode entender melhor o que ele representou para o novo modelo de jornalismo adotado no Brasil a partir da década de 1960 por meio de uma análise de sua organização interna e o que de fato ele produziu em seus primeiros anos de existência, recortados neste trabalho (1964-1973).

4.2. O funcionamento do DPD

Um relatório escrito em 2006 pela chefe da Biblioteca do JB, Floripes Marinho, traz um organograma do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil em duas diferentes fases: a primeira vai de 1970 a meados de 1980 – momento em que o departamento perdeu uma de suas principais atribuições, a de produção de texto. A segunda, que pouco interessa a este trabalho, relata o organograma do DPD após a transferência da gestão do setor para dentro da Agência JB, quando teriam sido extintas as seções Índice e Recortes, as grandes inovações arquivísticas da imprensa brasileira dos anos 1960.

O primeiro esquema de organização teria surgido no JB pós-65 e se consolidado com a transferência da sede do jornal para a Avenida Brasil, onde foi arquitetada uma estrutura especial para abrigar o DPD com tudo o que continha. Naquele prédio, o setor se localizava em cerca de 100 m² de área, um andar acima da redação. Sua disposição naquele espaço se dava da seguinte forma: existia um salão de arquivos, com estantes deslizantes e armários de aço; outra área onde estavam localizadas as mesas dos pesquisadores e auxiliares dos cinco setores (Índice, Arquivo de Recortes, Arquivo Fotográfico, Atendimento Externo e Texto), “dando a impressão de que não havia setores distintos e sim um grande grupo de trabalho”, de acordo com um depoimento de Marinho¹⁵.

A biblioteca, segundo relatos, ocupava uma sala à parte, assim como a coleção de jornais antigos: o acervo bibliográfico ficava isolado para evitar furtos; assim como a coleção centenária, para evitar a deterioração do papel jornal. O cuidado com o acervo sempre foi um dos princípios básicos do DPD, desde o surgimento de seus primeiros traços, lá em 1962, com a criação do primeiro centro de referências bibliográficas, citado no capítulo 1.

As seções criadas na década de 1960 sob influência dos arquivos de pesquisa na revista *Time & Life* e do jornal *The New York Times*, como já foi mencionado, funcionavam, portanto, da seguinte forma:

a) Índice: abastecia o que era chamado de Memória do JB – diariamente, funcionários desta seção faziam a indexação do jornal. Tudo o que era publicado no dia era organizado como um livro, tendo os títulos de cada texto da edição listados num índice, que indicava o título, autor e página em que foi publicado. O índice tinha seu próprio coordenador e uma equipe de pessoas trabalhando sob seu comando, geralmente formadas em História. Todas estas funções, no entanto, só seriam consolidadas após a saída de Dines da redação, em 1974. O Índice funcionou até 1990, quando a diretoria do jornal promoveu uma demissão em massa para conter gastos¹⁶.

b) Recortes (ou documentação): uma seção de pastas temáticas onde se armazenavam diariamente as notícias mais importantes do dia, de acordo com o assunto. Esta seção se tornaria um centro de referência em organização de arquivos, sendo frequentemente visitada por estudantes de arquivologia e biblioteconomia nos anos que

¹⁵ Entrevista à autora. Rio de Janeiro, 06/5/2011.

¹⁶ Informação foi citada em duas diferentes entrevistas à autora, cedidas por Floripes Marinho e Fernando Albina Rosa, funcionários do departamento durante o período em questão.

se seguiram. Recortes servia como uma grande enciclopédia, com textos de revistas e jornais do Brasil inteiro. Se, por exemplo, um repórter chegasse à pesquisa precisando fazer uma matéria sobre a ponte Rio-Niterói, solicitava a pasta desta ponte e lá encontrava as principais notícias sobre ela desde meados da década de 1960¹⁷, estando preparado para redigir o texto utilizando um pano de fundo histórico. Além disso, Recortes fornecia outros serviços ao jornal como efemérides, tabelas de índices e preços e obituário¹⁸. A equipe contava com um coordenador, pesquisadores e auxiliares (que faziam o trabalho de corte e cola do material).

Recortes seria extinto logo depois do Índice. Além da diminuição de gastos, a alegação da diretoria para que fosse posto fim ao trabalho neste braço do departamento teria sido a informatização da redação – segundo relatos de funcionários que trabalharam ali na década de 1990, a informação passada aos trabalhadores foi a de que a existência de um arquivo digital tornava desnecessário o arquivo físico. Como a informatização das redações coincidiu com o período de crise financeira do jornal, Recortes jamais sofreu um processo de digitalização e uma nova base de dados não conseguiu dar conta de toda a informação arquivada nos seus quase trinta anos de existência.

c) Arquivo fotográfico: responsável pelo tratamento do material fotográfico produzido no JB e pelas agências de notícia e sucursais do jornal. Ficavam armazenados neste arquivo todos os negativos do periódico desde 1962 – hoje, este é um dos maiores acervos particulares de negativos do período da ditadura militar, contendo, segundo dados do atual CPDoc JB, cerca de 9 milhões de negativos. As pastas temáticas deste setor foram organizadas de acordo com o mesmo princípio dos Recortes só que, em vez de texto, armazena-se ali imagens de arquivo – reveladas ou em contato, com a referência do negativo, para que este possa ser solicitado e enviado para o laboratório para ampliação no tamanho desejado para a página do jornal (as pastas temáticas ainda são utilizadas pela atual redação do JB)¹⁹.

d) Texto: com base nas informações das outras áreas, os repórteres e pesquisadores que trabalhavam nesta seção redigiam matérias de apoio ao noticiário e, no período recortado por este trabalho, projetos de longo prazo. Em um documento que

¹⁷ Exemplo dado pelo jornalista Roberto Quintaes em: “A pesquisa como apoio”. IN: *Um jornal em debate III*. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, 1971, números 32/33. pp. 51-52.

¹⁸ Informação retirada de um documento interno sobre a organização do jornal, redigido durante a década de 1980 por funcionários da Pesquisa. O documento se encontra na pasta “JB – História”, do acervo de recortes, no Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil.

¹⁹ Idem.

relata o funcionamento do jornal, escrito pela Pesquisa nos anos 1980 (hoje indexado na pasta “JB- História”, do acervo de Recortes), o trabalho de texto da Pesquisa para outras editorias era relatado como:

O trabalho da Pesquisa para as outras editorias pode ser o fornecimento puro e simples de uma informação (por exemplo: que Estado brasileiro tem a área do Chile?) ou a elaboração de textos background para qualquer tipo de noticiário (por exemplo: ante um golpe de Estado no Afeganistão – onde fica o país, quais os seus recursos econômicos e as forças políticas locais?). Para realizar a tarefa, a Pesquisa utiliza mais de cem periódicos nacionais e estrangeiros, recortes arquivados em mais de 17 mil pastas, livros e ainda o Índice do próprio jornal.”

O trabalho dos quatro setores unidos movia as engrenagens da editoria, que, “era a primeira a abrir e a última a fechar”, de acordo com depoimento de Fernando Albina Rosa – que trabalhou no Acervo Fotográfico desde meados dos anos 1970 até 2006. Em depoimento à autora em maio de 2011, conta que o funcionamento do arquivo era ditado pelo ritmo da redação. Enquanto houvesse repórteres trabalhando nas notícias, precisava haver movimento no DPD – a qualquer hora poderia chegar um pedido urgente, como a notícia do falecimento de alguém importante. Nestes casos, a Pesquisa entrava em ação e, por meio de uma investigação nas pastas temáticas de imagem e texto, levantava o que se considerava de maior importância sobre aquela pessoa, podendo produzir um texto biográfico que seria publicado junto com a notícia no dia seguinte. Em alguns casos (principalmente quando se parou de ter uma equipe de repórteres na Pesquisa), o jornalista responsável pela pauta direcionava-se ao arquivo, de onde colhia as informações separadas pelos colegas. Trabalharam como produtores (ou editores) de texto no DPD no período recortado por este trabalho: Fernando Gabeira, Roberto Quintaes, Murilo Felisberto, Nonnato Massom, Roberto Machado, Beluco Marra, Raul Riff, entre outros.

A interação entre redação e arquivo é bem explicitada no trecho a seguir de um texto publicado nos “Cadernos de Jornalismo” (já “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”) pelo então chefe do DPD, Roberto Quintaes, em 1971:

Ao voltar de um estágio nos Estados Unidos, o Secretário de Texto, Sérgio Noronha, revelou que os repórteres do NY Times jamais saem à rua sem passar antes pela Pesquisa, onde estudam o assunto que lhes foi dado como tarefa. (...) Um conjunto de falhas pode ser evitado se a Pesquisa for consultada. (...) Tenho certeza de que a

Pesquisa tem muito a dar às matérias dos repórteres do JB. Mas é preciso advertir os repórteres de que nem sempre eles obterão dados que procuram anunciando apenas o título geral de suas tarefas. Não basta pedir a pasta Ponte Rio-Niterói. A documentação deve ser informada do ângulo da matéria, deve conhecer o tom do texto. Às vezes o que se procura está em outra pasta ou em outro livro de referência. É preciso ganhar tempo e trabalhar em conjunto. É importante ainda lembrar aos repórteres que, além da documentação, a pesquisa pode auxiliá-los através do índice JB, que é a reunião, com tratamento científico, de todo o material publicado no jornal. Nem sempre o que sai no JB vai para a pasta, porque o índice permite que, com extrema facilidade, se localize o texto desejado²⁰.

A passagem ilustra a preocupação que se tinha nos primeiros anos de funcionamento do departamento com a melhor forma de auxiliar o repórter em suas tarefas diárias, neste momento em que o jornalismo ganhava novos rumos e ia se profissionalizando. A forma crítica de pensamento sobre a imprensa no JB daquele período marcou não só a relação entre as editorias do jornal, como também a relação da redação com o exterior. Isso fica claro com o conteúdo dos produtos do DPD: para além da informação diária, havia a interpretação da notícia e a sua discussão, principalmente no que era produzido a longo prazo.

4.2. Interpretação e profundidade

Se a década de 1950 foi o período em que a imprensa esteve em transição²¹, os anos 1960 e 1970 foram uma época em que ela esteve em consolidação. Como foi mostrado nos capítulos anteriores, a conjuntura interna dos jornais, o momento político, econômico e cultural do país agiu sobre o fazer e o pensar o jornalismo neste momento – se firmavam naquele caldo as grandes empresas jornalísticas.

A imprensa brasileira, sobretudo a carioca, caminhava, no que diz respeito ao conteúdo, a um momento de aprofundamento da notícia – coisa que já vinha acontecendo nos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial (DINES, 1974). O aumento das taxas de alfabetização no Brasil, os fenômenos da industrialização e a objetividade do discurso científico e jornalístico enquanto veículos legitimados de verdade faziam com que houvesse uma necessidade de recheio das

²⁰ QUINTAES, Roberto. “A pesquisa como apoio”. In: *Um jornal em debate parte III*. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, números 32-33, Rio de Janeiro, 1971. pp.51-52.

²¹ (ABREU, A. LATMAN-WELTMAN, F. FERREIRA, M. RAMOS, P., 1996)

notícias, que iam além do próprio fato. No *Jornal do Brasil*, este conteúdo extra foi frequentemente chamado de interpretação.

Por meio das propostas implementadas por Alberto Dines e sua nova equipe de redação, a partir de 1962, a interpretação da notícia e a contextualização do fato na história ganharam mais espaço nas páginas do jornal – foram surgindo novas seções, editoriais e produtos que reforçavam isso a cada momento.

Como também já foi citado no capítulo anterior, a mídia impressa temia a concorrência dos outros veículos de comunicação instantânea, principalmente a televisão. Chegava a hora em que o jornalismo deixava de vez seu caráter literário, opinativo e efêmero – tão comum até os anos 1950 – para assumir uma linguagem narrativa própria.

A primeira experiência de interpretação e aprofundamento da notícia no JB surgiu em 1962 com a criação do “Caderno Especial”, que acompanhavam as edições de domingo. Até 1964, este produto era geralmente voltado para assuntos internacionais, onde os temas mais quentes da semana e as reportagens julgadas pela redação como mais interessantes de revistas estrangeiras preenchiam as seis páginas do caderno oferecendo ao leitor uma maior contextualização do que vinha ocorrendo. Sempre tendo como fio condutor um tema escolhido na semana²².

A edição do dia 28 de janeiro de 1963, por exemplo, trazia como título do caderno “Comunismo 63”. Nas páginas que se seguiam, explicava-se por meio de charges, fotos e textos produzidos por correspondentes ou traduzidos de outras fontes, a situação do comunismo na Rússia e em alguns países africanos. Naquela semana, tinha ocorrido o Congresso de Berlim e o “Caderno Especial” se propunha a explicar o que fora discutido pelos partidos comunistas que se encontraram na reunião sediada na Alemanha Oriental e o que seria implantado em cada Estado que participou do encontro.

A partir de 1964, quando surge oficialmente o Departamento de Pesquisa e Documentação, o “Caderno Especial” ganha uma nova dinâmica – passam a ser abordados por ele assuntos internos e externos ao Brasil, contando com textos produzidos pela Pesquisa especialmente para aquela edição. Apesar de ter sido levado adiante pela equipe do DPD, o primeiro produto desta editoria não foi este.

Foi na realidade um *box* escrito pelo jornalista Murilo Felisberto sobre a reforma agrária, em 15 de março de 1964. “História da reforma agrária” acompanhava a matéria

²² Conclusão chegada após análise de cerca de 30 exemplares de “Cadernos Especiais” em períodos aleatórios entre 1962 e 1964.

“Goulart quer a imediata desapropriação de suas fazendas” (p.20) e dava um breve retrospecto da reforma agrária no Brasil, já que o assunto estava em alta no momento: dois dias antes, o então presidente João Goulart, no palanque do “Comício da Central”, no Rio de Janeiro, assinara um documento que previa a implementação das Reformas de Base, um dos carros-chefes de seu governo, gerando uma polêmica na sociedade que seria aproveitada pelas forças que tramavam o golpe militar, insurgido no fim do mesmo mês.

A partir daquele dia, uma equipe de jornalistas organizada no novo Departamento de Pesquisa começaria a fazer um “background” das notícias do dia a dia – os quadros contornados por fios que levavam o selo não se restringiam ao assunto da política. Logo passaram a produzir conteúdo para o Caderno B, Internacional, Local. É importante ressaltar que não havia um quadro fixo de quantos textos a Pesquisa precisava produzir por dia ou por edição. O trabalho era decidido diariamente após as reuniões de pauta²³.

Em março de 1965, com o departamento organizado em Pesquisa e Documentação, já com a maioria das atribuições citadas no tópico anterior, a editoria passa a cuidar dos projetos de longo prazo. Entre estes produtos destacam-se os “Cadernos de Jornalismo” que, em 1968, seriam transformados em “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”. Na primeira edição do livreto, uma introdução escrita por Alberto Dines explicita seus objetivos:

Este não é o jornal do jornal. É apenas um tímido ensaio de um jornal para jornalistas. Será isso possível? Será isto por demais pretensioso? Nós que conseguimos manusear com tanta habilidade a atenção e o interesse de centenas de milhares de leitores não conseguiremos manobrar com os meandros da curiosidade dos jornalistas? Jornalista não é leitor? (...) Com estes pequenos segredos estamos querendo, modestamente, iniciar o processo do aprimoramento técnico dos jornalistas. (...) Este não será um jornal de críticas, mas de estudos. Qualquer colaboração neste sentido será bem-vinda. É uma publicação de uso interno, mas está aberta a todos os interessados, especialmente os estudantes. (*Cadernos de Jornalismo*, número 1, p.2)

Conforme citado no capítulo 3, os “Cadernos de Jornalismo” foram uma forma de adaptação do *media criticism* do jornalismo norte-americano para um modelo de pensamento e discussão brasileiro. Nas primeiras edições de “Cadernos”, os assuntos se limitavam ao jornalismo dentro do JB, mas logo passou a reunir em suas páginas artigos

²³ Alberto Dines em entrevista já citada à autora.

encomendados a repórteres externos, professores dos incipientes cursos de Comunicação Social no Brasil, sociólogos, filósofos e historiadores. O produto começou como circulação interna e, a partir de 1968, ganhou as livrarias e bibliotecas das principais cidades do país. Pode-se afirmar que “Cadernos” foi a primeira publicação técnica em jornalismo²⁴ – a experiência acabou por influenciar outras empresas e instituições a produzirem material de reflexão e estudo dos meios de comunicação de massa (como os *Cadernos de Jornalismo* da editora Bloch).

Com “Cadernos” passou-se a discutir no Brasil a imprensa nacional e internacional; tecnologias e estéticas de comunicação de massa, práticas e usos do jornalismo no período, assim como história da imprensa. Em algumas edições, como a de julho de 1968 (edição de número 12), havia um tema que guiava os artigos – no número citado, o tema eram as revoltas estudantis de maio daquele ano no mundo. Foram publicados textos sobre os conflitos, artigos sobre a imprensa internacional, código de ética do jornalismo, a cobertura dos eventos, notícias que foram capa e indicação de livros relacionados à comunicação e história. Entre os nomes que assinaram os artigos deste número estavam: Alberto Dines, Marina Colassanti, Hannah Arendt, Carlos Castello Branco e Ortega y Gasset.

A partir de 1968, outra mudança foi inserida em “Cadernos”: passou-se a publicar no final da edição um resumo ou uma versão compacta de um livro que discutisse de alguma forma a comunicação e pudesse ser utilizado por estudantes.²⁵

“Cadernos” começou, portanto, como uma publicação feita para sensibilizar fotógrafos, repórteres e estudantes para uma reflexão crítica sobre a profissão e passou, a partir da edição de abril de 1968, com o nome de “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”, a se preocupar com um público maior, interessado nos assuntos contemporâneos brasileiros e mundiais, podendo ou não se relacionar com as práticas profissionais do jornalismo. A mudança é expressa num editorial que abriu a edição de número 8, de dezembro de 1967, na qual Dines anunciava novos rumos da publicação para o ano seguinte:

²⁴ Lima, 2006.

²⁵ Informação obtida após consulta a todas as edições dos “Cadernos de Jornalismo”, arquivadas no CPDoc JB.

Quando em maio de 1965 era publicado o primeiro número dos *Cadernos de Jornalismo*, depois de alguns meses de vacilações, não poderíamos nem de longe imaginar a rapidez que aquele assunto, tratado por nós com tantos cuidados, tomaria conta dos meios intelectuais brasileiros. Quando naquele mesmo primeiro número tentávamos oferecer aos jornalistas e aos interessados em informação novos conceitos sobre comunicação de massas e engenharia de massas, mal poderíamos imaginar que, passados apenas três anos, estaríamos envolvidos de tal forma pelo processo de comunicação colocado em termos tão evidentes e às vezes de tão comunicados, tão simplificados. (...) Em face disto e especialmente da procura que tem sofrido as nossas modestas tiragens, os *Cadernos de Jornalismo* também estão dando um passo a frente. Já no primeiro semestre do ano de 68 estaremos com novas roupagens de uma publicação regular, mensal, profissionalizada, com assuntos que interessam a jornalistas, educadores, administradores, publicitários e sociólogos e com anúncios, evidentemente. Para demonstrar que sabemos comunicar a comunicação. (pp. 4-5)

Este produto, editado pelo DPD, rodava nas gráficas do JB, mas tinha uma verba separada. Possuía espaço para publicidade e, ao ser vendido em livrarias, bancas de jornais ou por assinatura, produzia um lucro que viabilizava sua tiragem irregular nos anos em que circulou (se a coleção que existe no CPDoc JB hoje estiver completa, “Cadernos” foi publicado de maio de 1965 a meados de 1974, sendo a última edição a de número 46). Anunciaram em suas páginas a fábrica alimentícia Fleischmann Royal, o Banco Nacional de Minas Gerais, a Cia. de Cigarros Souza Cruz, as Indústrias Klabin de celulose, o Investbanco e a Financilar, companhia de crédito imobiliário²⁶.

Fizeram parte de seu conselho editorial e equipe de produção durante a maior parte do período: Alberto Dines, Fernando Gabeira, Wilson Figueiredo, Nélio Horta (diagramador), Roberto Quintaes, Luiz Carlos de Oliveira e Roberto Machado. Após a saída de Dines da redação só foram produzidos mais três números do título.

“Cadernos de Jornalismo e Comunicação” foi o produto do Departamento de Pesquisa do JB de principal abrangência e relevância para o jornalismo brasileiro. Suas discussões mobilizaram intelectuais e estudantes em torno dos bastidores da notícia, das práticas e tecnologias da comunicação de massa e da crítica e análise do tipo de serviço prestado à sociedade no período em que um certo modelo de linguagem se consolidava. Se interpretação e contextualização histórica eram os principais objetivos de Dines no pós-65, elas atingiram sua marca maior na circulação deste produto que escapou dos domínios internos e atingiu leitores de todo o Brasil.

²⁶ LIMA, 2006, p. 132.

Vale destacar, no entanto, algumas outras iniciativas e projetos do DPD no período recortado por este trabalho, como o “Jornal Mural do JB” e o filho único “Tudo Sobre”. Como já foi relatado no fim do capítulo 3, pouco há o que dizer sobre “Tudo Sobre”, já que circulou em apenas uma edição, aquela cujo título “Tudo sobre a queda de Allende” correu as bancas de jornais do país informando os detalhes do governo do presidente deposto e morto do Chile, Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Se tivesse seguido a proposta inicial, assinalada no editorial daquele número, “Tudo sobre” seria uma publicação regular, tal como “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”, só que com o intuito de mostrar – conforme citado no tópico 3.3 – o papel do jornalismo na construção do conhecimento histórico.

Em depoimento à autora, Alberto Dines revela que “Tudo Sobre” foi vendido nas bancas das principais cidades do país separadamente da edição do dia do JB. Seu tamanho era menor do que tablóide.

O “Jornal Mural do JB” tinha os moldes de um encarte. Fruto de uma parceria entre a já citada editoria Educacional e o DPD, o pequeno jornal que ia às ruas com cerca de 8 páginas, atendendo uma demanda interna e, conforme o editorial publicado na edição de número 51, de julho de 1969, circulava também em bibliotecas e escolas públicas do estado do Rio de Janeiro. Sabe-se que ele foi editado ao menos ao último ano em que Dines esteve à frente da redação, em 1973 – mas não foi encontrado nenhum indício de quantos números tenham sido e tampouco a regularidade com que saíra.

Na edição citada acima, que pode ser consultada no CPDoc JB, a criação do JM é atribuída ao ano de 1968, quando o DPD era chefiado por Fernando Gabeira. O produto teria sido editado semanalmente pela equipe de professores e jornalistas do Educacional, com auxílio da do DPD, realizando um trabalho interdisciplinar, que visava obter retorno dos professores das escolas públicas do estado. Até a o número 51, a tiragem de JM era de 3 mil exemplares, acompanhados de um boletim informativo para os professores, que complementaria as notícias abordadas no JM. Os objetivos e o funcionamento desta publicação ficam claros no trecho a seguir, que integra a edição analisada neste parágrafo:

Os professores sentem necessidade de desdobrar o JM, mas na linha jornalística, com informações que não encontram em livros didáticos. (...) O Departamento Educacional do JB – que edita o Jornal Mural – vem fazendo pesquisas permanentes entre os colégios para saber de

suas necessidades, com a intenção de criar um serviço que cubra as eventuais deficiências. Com isso, o JB está interessado em conhecer a realidade da escola média brasileira – o grande ponto de estrangulamento do ensino – para tentar encontrar soluções realistas. (p.2)

Faziam parte da equipe inicial do projeto JM: Dymas Joseph, professor, jornalista e chefe do Educacional; Rosiska Ribeiro e Maria Regina Senna, ambas jornalistas; e Célio Alzer, programador da Rádio JB, responsável pelos trabalhos de pesquisa.

Esta breve análise dos produtos do Departamento de Pesquisa e Documentação ajuda a entender melhor a dimensão das mudanças introduzidas por esta editoria no jornalismo brasileiro no quadro das transformações da imprensa carioca nas décadas de 1960 e 1970. Além de indicar a forma como o jornalismo estava sendo repensado e modificado naqueles anos.

Os conceitos de interpretação da notícia, contextualização do fato na história e profundidade adotados pelo jornalismo do JB neste período foram, ao que parece, rapidamente adotados por outros veículos de comunicação, como por exemplo o *Jornal da Tarde* e revista *Realidade* (ambos de São Paulo)²⁷, *Estado de Minas* e *Diário de Minas* (de Belo Horizonte), *Jornal do Comércio* (Recife) e *Correio da Manhã* (Rio).

O DPD, portanto, teria catalisado uma nova forma de fazer e pensar a notícia no Brasil. A editoria contribuiu para a consolidação da nova linguagem jornalística dos anos 1970; propôs que o jornal e os jornalistas também poderiam exercer uma forma de estudo e análise crítica de seus próprios produtos, além de ter estimulado novas formas de organização de arquivos nas empresas de comunicação. Seus produtos refletiram o sucesso do trabalho em equipe na hora de produzir e pensar a notícia, além de terem reforçado o papel do jornal enquanto fonte de história e memória social.

Em síntese, o Departamento de Pesquisa e Documentação se inscreve na linha de um jornalismo nos anos 60 no Brasil, a fase mais universal de nosso jornalismo, com relação às técnicas de comunicação de massa. Corresponde à fase da tendência para a interpretação, isto é, a que visa colocar a notícia no seu contexto histórico; este fato é capital nos países em vias de desenvolvimento, ou subdesenvolvidos: a notícia, colocada na perspectiva da história, integra e reconcilia o homem desinformado com o seu tempo, quebrando a barreira que o separa dos acontecimentos e de suas implicações. Mas a Pesquisa é uma pequena parte de um jornalismo que tem de

²⁷ O *Jornal da Tarde* e a revista *Realidade* foram experiência diferentes (e mais radicais), marcadamente influenciadas pelo chamado New Journalism (ou Jornalismo Literário).

desenvolver-se em conjunto, passando, progressivamente, da pura constatação dos fatos para a sua explicação. Ela ajuda a estabelecer as bases desse jornalismo; desta tarefa, é peça do conjunto. Pesquisa e documentação se integram no trabalho comum de cada dia – jornal, obra de todos. (MARRA, A. Beluco, 1967. *Cadernos de Jornalismo*. Número 7. p.9)

5 – CONCLUSÃO

Este trabalho partiu da tentativa de se entender a importância das mudanças editoriais e organizacionais do *Jornal do Brasil* para o jornalismo brasileiro num momento em que se consolidava no país o modelo das grandes empresas de comunicação. A pesquisa se baseou no estudo de caso dos primeiros anos de funcionamento do Departamento de Pesquisa e Documentação do JB (1964-1973) por considerá-lo um laboratório de experimentação e implementação das novas ideias introduzidas pelo periódico na mídia impressa brasileira no período, mas que mal explorado pela historiografia.

Por meio principalmente dos produtos do DPD, o Brasil se deparou com uma nova forma de fazer e pensar a notícia. Com eles ficaram claras as novas tendências do jornalismo das décadas seguintes, que se baseariam na interpretação do fato e na contextualização do acontecimento na história. A análise desta editoria e das decisões tomadas em suas subdivisões naquela época, por conseguinte, abre portas para a reflexão de inúmeros assuntos, que não apenas têm a ver com o passado, mas também com o nosso presente.

No período recortado por este trabalho era comum se perguntar se o jornal impresso iria acabar por causa do fortalecimento da televisão como veículo de transmissão instantânea de informação. Achou-se, como vimos, uma solução temporária, que vigorou por décadas: a profundidade e a interpretação. Agora os tempos são outros. Será que esta solução ainda é pertinente?

O mundo globalizado garante o acesso a milhões de notícias por minuto fazendo com que o texto publicado no dia seguinte no jornal impresso já tenha sido abordado sob inúmeros pontos de vista, tanto pela TV quanto pelos sites de notícias da web. Por enquanto, a maioria dos periódicos em papel ainda conserva a vantagem da credibilidade e sustenta laços de lealdade com os leitores – coisa que é difícil de se fazer ainda na internet. No cyber-espço, a proliferação de autores sem obra dificulta a identificação do que é ou não verdade. Em que confiar?

Será que o jornalismo impresso do amanhã prezar a agilidade, organizada em pequenas tiras de notícia, como já vem fazendo os periódicos populares? Será que voltaremos ao modelo de jornal revista – menos notícias, mais qualidade - tal como se pensou naqueles idos da década de 1960? Ou será que de fato o papel do jornal no futuro será o digital?

Além das indagações sobre a função do jornal impresso na sociedade contemporânea, o estudo sobre o DPDJB em seus primeiros anos de funcionamento nos abre um campo de reflexão sobre as relações entre mídia, memória e história. E sobre a importância do arquivo na construção da notícia na atualidade. Afinal, a memória é um fenômeno coletivo, construído não só de recordações individuais como também de lembranças externas, sujeitas a flutuações e modificações na linha do tempo (POLLACK, 1982). A memória caracteriza-se não só pela lembrança, mas também pelo esquecimento.

Num mundo marcado pela mobilidade e pela efemeridade, os meios de comunicação ascendem como autoridades reconhecidas pela sociedade, que congelam seu tempo sob um determinado ponto de vista, tornando-se um documento importante de memória social (RIBEIRO, 2007). Nesse contexto, Pierre Nora sugere que este movimento da modernidade causa uma “aceleração da história” e, portanto, uma angústia em relação à passagem do tempo. Seriam criados pela sociedade, portanto, *lugares de memória* (1993) - espaços como museus, arquivos, bibliotecas e até mesmo as próprias datas comemorativas, cujo objetivo é unicamente lembrar. Os departamentos de pesquisa de meios de comunicação estão incluídos neste processo, reforçando a ideia de que o jornalismo não escapa do processo seletivo da lembrança.

E é por isso que as práticas profissionais e rotinas de produção da notícia também são influenciadas pelos usos que são feitos do passado diariamente. Ao contrário do que o senso comum aponta, o passado não se contrapõe, necessariamente, à ideia de presente no jornalismo. Há uma constante tensão entre atualidade e história nas rotinas e práticas profissionais: a mídia (ou seus interlocutores) é testemunha ocular dos acontecimentos do tempo presente, seleciona, peneira o que é relevante ou não para ser registrado e interfere ativamente no que, futuramente, se tornará objeto de estudo histórico.

Além da interferência sobre o que “entra” ou não para a história, o jornalista, ao ter acesso ao passado por meio do contato o arquivo (seja ele físico, como os criados nos jornais da década de 1960, ou virtuais – o grande e imensurável Google, por exemplo), seleciona mais: filtra a informação histórica que tem em mãos e dela tira apenas o conveniente para fazer parte do embasamento da notícia. Qual seria, então, o sentido do passado para a construção da ideia de notícia e atualidade? O estudo da constituição de arquivos nos jornais e suas formas de apropriação pelo jornalismo

parece ser um dos caminhos para a compreensão dessas relações entre mídia e memória social.

Tais reflexões mais gerais no campo da comunicação serão desenvolvidas por mim no Programa de Pós-Graduação, onde pretendo abrir o leque da pesquisa sobre o DPDJB, tanto no recorte de tempo como nas possíveis conseqüências que suas inovações trouxeram para o jornalismo carioca. Além disso, como já foi mencionado, cabe afastar-se um pouco do tema e pensar as formas com que o jornalismo usa o arquivo e a história como forma de construção de uma memória coletiva.

O tema, portanto, está longe de ter-se esgotado. A análise deste objeto está apenas começando.

6- REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. *A Imprensa em Transição*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.
- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. RJ, FGV, 1989.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauaad X, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. “O mal estar na pós-modernidade”. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.
- FERREIRA, Marieta. MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- LESSA, Washington. *Dois Estudos de Comunicação Visual*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- LIMA, Patrícia F. de Souza. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-1985)*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, em 2006.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história”. In: ANTONACCI, M. A. *Projeto História*, n. 10. São Paulo: PUC-SP, 1993. pp. 7-28.
- POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). RJ, 1989.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “A Mídia e a Cultura da Memória”. In: MATTOS, G., JAGUARIBE, E. e QUESADO, Ana. *Nordeste Memória e Narrativas de Mídia*. Fortaleza: Mídia Nordeste, 2010.
- _____. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- _____. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. In: *Estudos Históricos, Mídia, n.31*. CPDOC/FGV: 2003/1.

ROUCHOU, Jöelle. “Ouvir o outro: entrevista na história oral e no jornalismo”. Trabalho apresentado no XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. BH/MG, set. 2003.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. “História do Jornalismo no Brasil”. Florianópolis: Insular, 2007.

Periódicos:

Cadernos de Jornalismo. Números 1 a 8. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 05/1965 a 12/1967.

Cadernos de Jornalismo e Comunicação. Números 9 a 49. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 04/1968 a s.d. (1974-75)

Jornal do Brasil: período de janeiro de 1962 a janeiro de 1974: amostragem aleatória.

Jornal Mural do JB. Número 51. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, julho de 1969.

Revista de História da Biblioteca Nacional: número 31. Rio de Janeiro: abril de 2008.

Outras fontes:

Arquivo do Jornal do Brasil (CPDoc)

Fundo JB – História e JB - JB (8 pastas não catalogadas)

Tudo Sobre Salvador Allende. Jornal do Brasil, 12 de setembro de 1973. pp. 1-65.

A preparação da notícia. [1980?].

Nós do JB. Comemoração de aniversário do Jornal do Brasil. 1986.

Cronologia das colunas e seções do JB. [2003]

Organograma do Departamento de Pesquisa entre as décadas de 1990 e 2000. 2003.

Depoimentos à autora:

Alberto Dines. Rio de Janeiro, 21/4/2011.

Fernando Albina Rosa. Rio de Janeiro, 11/5/2011.

Floripes Marinho. Rio de Janeiro, 06/5/2011.

Misael Santos. Rio de Janeiro, 05/5/2011.

Nélio Horta. Rio de Janeiro, 27/5/2011.